



ELO



PORTE
PAGO

ANO X
N.º 126
MENSAL
NOVEMBRO
1984
PREÇO 20\$00

ÓRGÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

DIRECTOR: J. EDUARDO L. CASCADA

**1974-1984
ELO 10 ANOS**

**AO SERVIÇO
DA INFORMAÇÃO
PARA A INTEGRAÇÃO SOCIAL**



ACTIVIDADES COMEMORATIVAS DO 10.º ANIVERSÁRIO PÁGINAS CENTRAIS

ADFA EM ATENAS

**42.^A REUNIÃO
DO CONSELHO GERAL
DA FMAC**

PÁG. 5

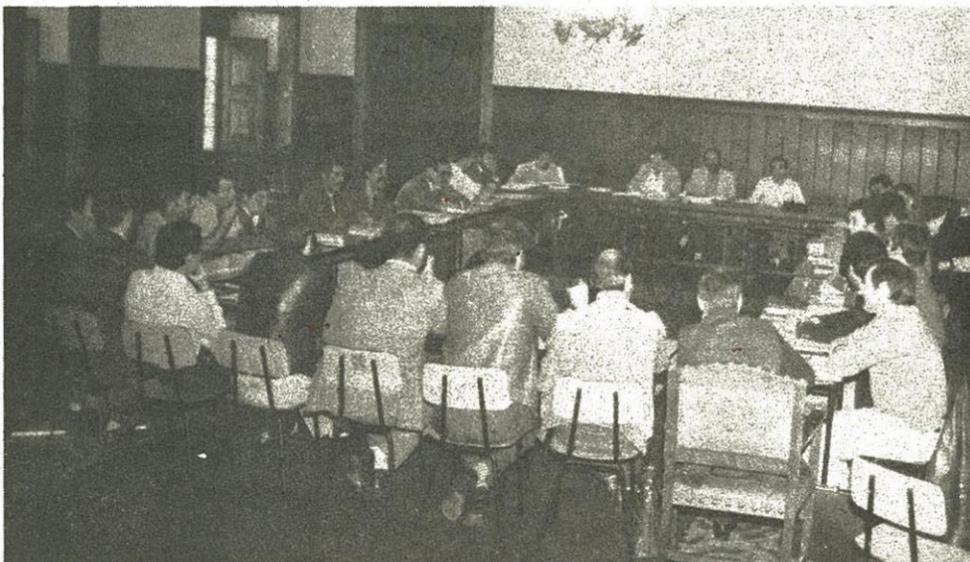


SECRETARIADO NACIONAL DE REABILITAÇÃO ASSINOU PROTOCOLO COM AS CASAS DO POVO: PÁG. 7

**DEFICIENTES DAS ZONAS RURAIS VÃO SER INFORMADOS
SOBRE OS SEUS DIREITOS E FORMA DE REALIZÁ-LOS**

**CONSELHO NACIONAL DA ADFA
APROFUNDA ANÁLISE DA VIDA ASSOCIATIVA**

PÁG. 3



**FESTAS DE NATAL
NA SEDE E DELEGAÇÕES**

PÁG. 13

**«ELO» ENTREVISTOU DIRECÇÃO
DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL**

PÁG. 6

**9 DE DEZEMBRO
DIA NACIONAL DO DEFICIENTE**

PÁG. 14

A INFORMAÇÃO E A INTEGRAÇÃO SOCIAL DOS DEFICIENTES (Pág. 16) ● DEFICIENTES CÉLEBRES - ESCRITOR JORGE LUÍS BORGES (Pág. 11) ● HÁ 10 ANOS - INÍCIO DO PERCURSO DO «ELO» (Pág. 7) ● O DEFICIENTE DE GUERRA DO NOSSO TEMPO (Pág. 2)

EM EDITORIAL DA REVISTA DA FORÇA AÉREA

RETRATO DO DEFICIENTE DE GUERRA DO NOSSO TEMPO

O não assumir, por parte da instituição militar, dos seus deficientes, é preocupação que a ADFA tem sentido e manifestado desde sempre. A ADFA tem procurado insistentemente que os militares não enjeitem as suas responsabilidades sobre a situação daqueles que, milicianos ou do quadro permanente, se deficientaram nas fileiras.

É sempre com avidez que folheamos as revistas militares, esperando ver tratado nas suas páginas o grande problema que é o dos Deficientes das Forças Armadas, cuja génese se situa na instituição militar, que é, mesmo, parte integrante e inalienável da sua própria natureza.

Sempre nos desgostou constatar que as Forças Armadas tenham da guerra uma concepção mais material que humana, isto é, que não façam a destriça nítida dos dois principais meios envolvidos no combate — o elemento material (armas, munições, viaturas, etc.), e o elemento humano —, arrumando ambos na «carga» afecta à unidade de combate, valorizados enquanto funcionais e abatidos quando obsoletos.

Abstraindo-nos embora da «moral e bem-estar» das tropas, sempre evidenciámos, porque nós próprios somos o objecto em causa, a menor atenção da instituição e das hierarquias em relação aos profundos problemas humanos que marcam cada militar com uma deficiência permanente abatido ao efectivo. Sempre pretendemos e exigimos que a instituição militar não nos olhasse como simples peças obsoletas, atiradas para um qualquer depósito de sucata situado algures, num terreno público qualquer da Nação.

Com este relembra aqui das preocupações da ADFA sobre a visão que as Forças Armadas costumam ter dos homens que nelas se deficientaram queremos realçar a importância (que pelo menos nós lhe damos) da revista n.º 231, relativa a Setembro e Outubro passados, da Força Aérea, «Mais Alto», dedicando nada mais nada menos que o seu editorial, assinado pelo próprio director da revista, brigadeiro João Mendes Quintela, ao problema dos deficientes militares.

Intitulado «Veterano de Guerra», o editorial mostra, acutilantemente, quão anacrónico é hoje o conceito tradicional do mutilado de guerra, homem feito símbolo inspirador de novas guerras e aventuras. Hoje, ressalta o editorialista, o deficiente militar é, acima de tudo, um homem. Um homem procurando em vão na sociedade um lugar que era seu, que, para além do peso da deficiência, carrega com a revolta perante a «guerra absurda» e rejeita o destroçante tratamento misto de «caridade» e «admiração».

Pela sua importância, oportunidade e pioneirismo, aqui transcrevemos na íntegra o editorial da revista «Mais Alto».

LEMBRO-ME perfeitamente dele: era o Senhor António, porteiro do Colégio, homem forte, muito educado e afável, conformado, para quem nós, gerotos rondando os sete anos olhávamos com simpatia e fascinação. O Senhor António costumava contar-nos histórias que exaltavam a nossa imaginação e possuía um livro já muito gasto, com algumas folhas soltas, em jeito de missal pequeno, que todos gostávamos de ouvir ler quando, nas horas de recreio, em vez de pular atrás da bola no claustro romântico do colégio nos juntávamos ao canto da portaria, onde o Senhor António tinha a sua modesta secretária. À volta dele, o grupo mais sossegado escutava-lhe a voz pausada e bem timbrada que pacientemente excitava a nossa fantasia com as aventuras de Roldão, Oliveiros, Ricardo da Normandia, Floripes e outros personagens dos «Doze Pares de França», com os quais cada um de nós se procurava identificar em sonhos de heroísmo, valentia e abnegação... Chegávamos mesmo a talhar toscas espadas de madeira, a golpes de canivete e para cada um a espada era a sua «durindana»... Um pequeno frasco de água continha o «bálsamo» daquele que preferia perosnificar o sarraceno Ferrabraz...

Mas o que mais atria a nossa simpatia e curiosidade pelo Senhor António era a sua perna de pau. A ortopedia não tinha conseguido, ainda, pôr ao alcance de qualquer mutilado as pernas artificiais. E o Senhor António usava um apoio artesanal de madeira para assentar o côto da perna decepada pelo Joelho movendo-se, sem grande facilidade embora, com a ajuda de uma tosca bengala.

Com a leitura das aventuras de «Carlos Magno e os Doze Pares de França», nós entrávamos no conhecimento da guerra, da intriga, da triação e simultaneamente da valentia, do companheirismo e da fraternidade. Na ingénuo pureza dos verdes anos cada um disputava a reincarnação na figura dos defensores dos mais nobres ideais, repudiando o papel de vilão. E o Senhor António, de quem não conhecíamos o passado mas sabíamos que recebera uma medalha quando na guerra, medalha que uma vez o vimos ostentar ao peito, era para nós um cavaleiro da idade Média, valente, igual aos que varreram campinas e vales

distribuindo cutiladas sobre frvos infieis... E aquela perna de pau, se por um lado nos comovia, por outro era o símbolo de herói que também queríamos ser...

Na poeira dos anos já decorridos, muito da nossa vida juvenil se perdeu na memória; um rol de sonhos e fantasias se afogou no Letes, o negro rio do esquecimento; mas aquela perna de pau nunca se apagou e recordamo-la sempre, especialmente quando, entrados na realidade da vida adulta mudámos o modelo de herói perante os mutilados das guerras do nosso tempo. E o Senhor António passou a ser o «Hickermann» de Ernst Toller, «o pobre diabo que regressa da frente das batalhas da 2.ª Grande Guerra, da Coreia, do Vietnam e da África, privado da sua virilidade e que não consegue adaptar-se ao mundo que a guerra lhe legou».

O Senhor António é agora a imagem de um leve sonho longínquo, uma figura mais imaginária que real e já nem há pernas de pau para emprestarem verdade à sua existência. Sucedeu-lhe o «Hickermann» de côto disfarçado pela moderna perna ortopédica, apoiado pela tecnologia da ciência médica, cuidado pelas disposições da previdência social, mas revoltado, insatisfeito, inconformado. Hickermann que rejeita a comiserção, o dó, a caridade, que se insurge contra a guerra em que partilhou e protesta contra a nova guerra que se prepara. Hickermann que é uma unidade abstrata mas conta na legião real de milhões, uns sem um braço, outros só com uma perna, mas quase todos com medalhas, que Toller apresenta a marchar com realejo e tira-colo, cantando indiferentes uma canção militar... Enquanto desfiliam, ardmas apregoam os títulos de caixa alta: «Inauguração de novos «cabarets», peste em países asiáticos, massacres algures no Médio Oriente, fome em África, descoberta de gases asfixiantes, incremento da prostituição, última descoberta contra a impotência, aumento do desemprego, a questão social resolvida...»

E no redemoinho incessante desta tragédia humana Hickermann, o Senhor António de hoje, não pretende que o olhem com caridade, nem com admiração, vivendo na situação ambígua... E, surpreendentemente, o seu grito de revolta não se levanta contra os militares; prioritariamente apela para que se anulem os maus políticos.

MOBILITY INTERNATIONAL

REALIZOU SEMINÁRIO EM PORTUGAL

Realizou-se durante os dias 6 a 10 de Novembro, no Grande Hotel de Monte Estoril, um seminário para o «Desenvolvimento do Intercâmbio Juvenil para Deficientes e outros jovens». O seminário foi organizado pela Mobility International e contou também com o apoio do Fundo Europeu da Juventude.

A Mobility International realizou um seminário sob o tema «O Desenvolvimento do Intercâmbio Juvenil para Deficientes e outros jovens».

O seminário realizado no Grande Hotel do Monte Estoril entre os dias 6 e 10 de Novembro contou com a participação de representantes de Portugal, Itália, Bélgica, Turquia, Chipre, Malta, Finlândia, Inglaterra, Áustria, Países Baixos e Alemanha Federal.

As três áreas fundamentais de discussão foram:

— Oportunidade para uma maior participação de jovens em programas de intercâmbio a efectuar com regularidade;

— Criação de programas especiais para os jovens que não possam participar nos «programas regulares»;

— Diferentes métodos de troca de fundos.

Em entrevista que fizemos com o secretário-geral da Mobility International Anthony Lumley, este afirmou-nos que existem em Portugal organizações muito sérias com as quais esperamos ter uma boa colaboração, disse ainda que, existem alguns programas e projectos que poderão vir a ser apoiados pela organização.

A colaboração com Portugal só se começará a processar após a nossa entrada na Comunidade Europeia. Lumley disse ainda contar com futuras participações de jovens portugueses e das possibilidades de haver encontros em Portugal.

Conclusões

Das conclusões do seminário apontou como sendo fundamentalmente as seguintes:

1 — Os delegados esperam uma colaboração no futuro entre os países presentes e a M. I.;

2 — Foram feitas várias propostas para novos projectos nos países mediterrânicos;

3 — Encontrar formas de colaboração com Portugal após a entrada deste na Comunidade Europeia;

4 — Análise das possibilidades de participação de diversos países nos programas do M.I. para 1985.

Participação portuguesa

A representação portuguesa constou essencialmente da participação de vários elementos do Centro de Paralisia Cerebral, do Centro de Medicina de Rea-

bilitação do Alcoitão e do Secretariado Nacional de Reabilitação.

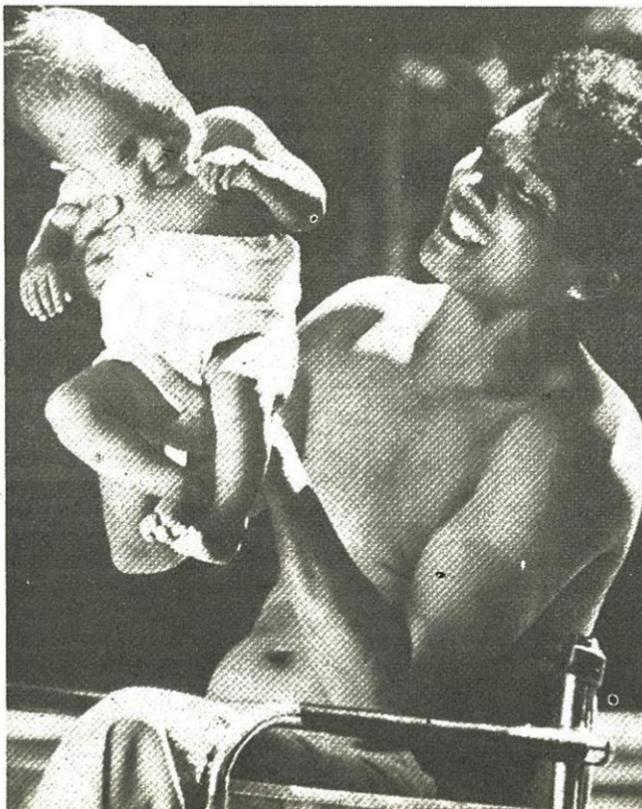
Este seminário foi financiado pelo Fundo Europeu para a Juventude que é um organismo do Centro Europeu da Juventude que opera no âmbito do Conselho da Europa de quem Portugal é membro.

O que é o Mobility International

Mobility International é uma organização não governamental baseada no vo-

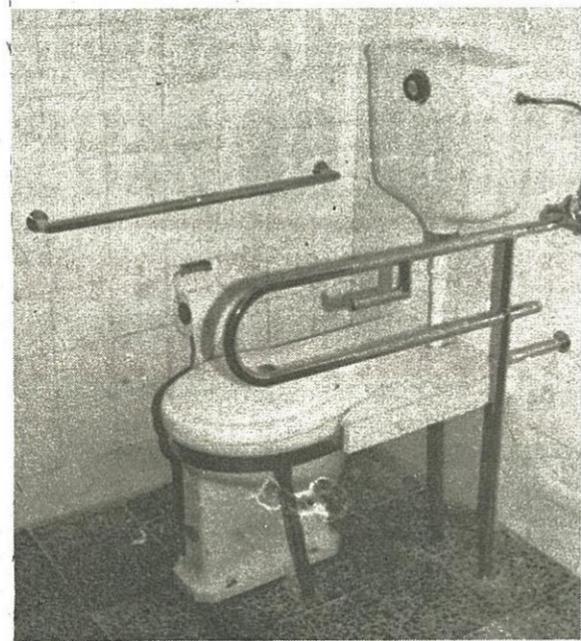
luntariado e cujo objectivo é encorajar a integração de pessoas deficientes através de relações internacionais.

Todos os anos Mobility International organiza um certo número de iniciativas. Conta com grande apoio da juventude e incide essencialmente sobre questões relativas aos tempos livres, desporto e cultura. Realiza também conferências e seminários especializados tratando temas precisos. Mobility International dispõe de um serviço de informações ao qual as organizações podem recorrer.



NA SEDE:

CASA DE BANHO ADAPTADA PARA DEFICIENTES



Quando vivemos numa casa construída há uns séculos atrás, na altura em que nem tão pouco se sonhava vir a ser ocupada por deficientes, que ainda por cima é considerada Monumento Nacional, não sendo possível mexer na sua estrutura arquitectónica, torna-se bastante difícil a sua adaptação tendo em vista a livre circulação ou dando-lhe um mínimo de condições para ser utilizada por grandes deficientes motores. Todavia têm sido desenvolvidos esforços tendentes a eliminar ao máximo as barreiras existentes, uma vez que a eliminação total só com novas instalações.

Assim, no âmbito da colaboração prestada pelo NIPRED — departamento camário encarregado de equacionar todas as questões relacionadas com deficientes foi possível obter um projecto e um subsídio na ordem de um quinto do custo da obra, a qual ficou concluída no passado mês de Outubro.

Qualquer sócio ou outro grande deficiente que se deslocar à Baixa lisboeta poderá finalmente dispor de uma casa de banho devidamente adaptada.

REUNIDO EM 20 DE OUTUBRO CONSELHO NACIONAL DA ADFA INICIOU E VAI APROFUNDAR ANÁLISE DA VIDA ASSOCIATIVA

Reunido no passado dia 20 de Outubro com a quase totalidade dos seus 35 membros (faltaram apenas os dois representantes da Delegação de Coimbra e um elemento da Delegação de Castelo Branco, o Conselho Nacional fez uma primeira abordagem à vida associativa actual da ADFA, comprometendo-se a promover o aprofundamento da análise agora iniciada.

Depois de analisado o documento subscrito pelos órgãos sociais centrais e intitulado «Para um relançamento da vida associativa», que a seguir transcreveremos na íntegra, o Conselho Nacional encarregou a Direcção Central de adoptar e implementar todas as medidas capazes de dar resposta às questões dele constantes. Para o efeito, deverá a Direcção Central, desde logo, levar em consideração as medidas previstas em duas propostas analisadas, uma subscrita pelos elementos da Delegação do Porto e a outra pelos da Delegação de Setúbal. Estas propostas contêm já alguns indicadores concretos sobre as soluções a encontrar e que servirão de base à Direcção Central nesta sua tarefa. O Conselho Nacional, por seu turno, assume a responsabilidade de acompanhar a implementação dessas medidas, conforme a resolução aprovada, promovendo ainda, conforme já referido, o aprofundamento da análise agora iniciada.

O documento a seguir publicado, assumido agora pelo Conselho Nacional, foi elaborado pelos órgãos sociais centrais depois de algumas reuniões em que se foram sentindo insatisfeitos com a actual rotina associativa. No cumprimento do seu mandato, conferido pelos sócios e assente no programa apresentado aquando das eleições, os órgãos sociais centrais, constituídos pela Mesa da Assem-

bleia Geral Nacional, Direcção Central, Conselho Fiscal Central e elementos do Conselho Nacional por Lisboa, entenderam ser da sua obrigação empenharem-se no relançamento da vida associativa, promovendo, em primeira instância, uma discussão alargada, a fim de que, aos mais diversos níveis de responsabilidade, fosse assumida essa consciência e necessidade de dar um passo qualitativo no desenvolvimento e afirmação da Associação.

Esta reunião do Conselho Nacional foi o culminar dessa fase de discussão, entrando-se agora, conforme a resolução aprovada, na fase de adopção e implementação das medidas necessárias. Isto, sem menosprezar a necessidade de aprofundar a análise agora iniciada, o que o Conselho Nacional se compromete a fazer.

Durante os meses de Setembro e Outubro, antecedendo o Conselho Nacional, tiveram lugar diversas reuniões nas delegações e na sede, promovidas pela Direcção Central. Dessas reuniões resultou um forte consenso, reafirmado no Conselho Nacional, de que é necessário privilegiar formas de actuação interna mais associativas e mais de acordo com os profundos anseios dos sócios, conforme o documento refere. Interessa agora que todos os sócios assumam esta análise e a nova tarefa de implementar medidas adequadas, contribuindo, através da sua participação directa, com ideias, sugestões e propostas não só capazes de ajudarem a encontrar as soluções mais acertadas, como a completarem a própria análise feita neste documento, pensando assim a Associação colectivamente.

Da ordem de trabalhos desta reunião do Conse-

lho Nacional constavam ainda outros pontos, nomeadamente informações em que a Direcção Central fez uma exposição sobre aspectos sensíveis do domínio da sua actuação, ampliação do Centro de Melos Ortopédicos do Porto e relações da ADFA com a FMAC.

No terceiro ponto da ordem de trabalhos, o Conselho Nacional apreciou uma proposta ambiciosa de ampliação do Centro Oficial de Melos Ortopédicos e sua transformação em Centro de Reabilitação e Formação Profissional Integrado. Depois de discutido este assunto durante mais de cinco horas, o Conselho não chegou a produzir qualquer deliberação, apesar de apreciadas quatro propostas. Nenhuma destas propostas obteve, nos termos do regulamento, número de votos favoráveis suficiente para ser aprovada.

Tata-se de um assunto melindroso, um empreendimento que envolve verbas avultadas, que pressupõe fortes apoios financeiros de departamentos do Estado e que implica uma opção de fundo da Associação quanto ao seu papel no domínio da reabilitação. É a dimensão desta iniciativa não terá correspondido uma equivalente discussão e informação associativas.

O processo tem sido conduzido especialmente pela Delegação do Porto, onde se localiza o Centro, tendo chegado a uma fase bastante adiantada graças ao esforço e empenhamento dos responsáveis daquela delegação. Não terá a génese deste empreendimento envolvido de igual modo outros níveis de responsabilidade associativa, nomeadamente as restantes delegações. A própria Direcção Central, bem como os restantes órgãos sociais centrais, louvando sempre, incentivando e apoiando este gigantesco esforço da Delegação do Porto, apesar das reuniões que sobre este assunto antecederam o Conselho Nacional, não tinha ainda ideias bem claras e definitivas sobre o tipo de ampliação a levar a efeito. Esta a razão fundamental porque o Conselho Nacional não terá, nesta reunião, produzido qualquer deliberação. Cabe agora, até o assunto voltar novamente ao Conselho, aos órgãos executivos, especialmente à Direcção Central e à Direcção da Delegação do Porto, promover o necessário aprofundamento deste assunto, o qual deverá passar por uma discussão associativa alargada, a fim de que se desenhe a solução mais adequada à natureza da Associação que somos.

O último ponto da ordem de trabalhos, que dizia respeito às relações da ADFA com a FMAC, não chegou a ser tratado, devido ao adiantado da hora (2 horas da madrugada) e, essencialmente, por já ter sido exaustivamente analisado no primeiro ponto (Informações).

Publicamos a seguir, conforme já referido, o documento «Para um relançamento da vida associativa».

Para um relançamento da vida associativa

1. Completados dez anos sobre a criação da Associação, verifica-se que muitos dos objectivos iniciais foram atingidos, caminha-se no sentido correcto quanto a outros, mas alguns há que se encontram ainda distantes. De entre estes últimos, haverá os utópicos, inatingíveis, mas há também os realistas, que não terão sido alcançados devido a falhas de organização e funcionamento ou a um equacionamento menos correcto.

Sem pretender minimizar os resultados indiscutivelmente favoráveis em diversos domínios vitais da integração social, não se pode, contudo, deixar de apontar aquilo que foi menos conseguido e porquê, a fim de serem introduzidas as alterações e correcções necessárias nos métodos de trabalho, na organização dos serviços na prática associativa.

2. A ADFA arrancou em 1974 com grande pujança e êxito, porque os princípios em que assentou a acção que desenvolveu foram de encontro aos mais reais anseios dos sócios no momento, nomeadamente: garantia de uma pensão condigna e outros direitos sociais, acesso ao trabalho e obtenção do reconhecimento da sua existência por parte da população e dos poderes constituídos.

Através da sua acção, a ADFA conseguiu, logo nos primeiros tempos, para a maioria dos sócios, satisfazer esses três anseios fundamentais. As formas de tratamento diferentes (campanha, serviço, não serviço), não ultrapassadas no início, mantiveram-se, causando algumas frustrações depois de anos seguidos de insistentes reivindicações neste domínio, sem êxitos notórios, para além da igualização conseguida no direito à assistência médica.

Ficando embora por resolver globalmente o problema

(Continua na pág. 4)

EDITORIAL

Nestes 10 anos em que fomos acumulando conhecimentos e experiências sobre toda a problemática que afecta os Deficientes das Forças Armadas em particular e os deficientes em geral, podemos, em jeito de balanço, adiantar algumas conclusões, sendo o momento propício, dada a aproximação do dia 9 de Dezembro — Dia Nacional do Deficiente.

Do inválido de ontem ao deficiente de hoje, algo de importante se passou e que importa realçar e reter, para que possamos construir com traves seguras o edifício histórico da luta dos deficientes pelo direito à total participação e igualdade.

Sem grande esforço de memória ao passado recente, verificamos não fazerem parte das obrigações governamentais, logo do Estado, as questões dos deficientes, deixando-se tais assuntos ao critério das boas vontades, reconhecendo-se ao deficiente apenas o direito de pedir e ao cidadão anónimo o gesto de dar.

Foi assim, ao longo de séculos, institucionalizada a relação do deficiente com a sociedade, de molde a que a consciência colectiva não fosse abalada nos seus fundamentos. Prostrado nas praças públicas, o deficiente tinha direito a sobreviver na exacta medida das bolsas, bem ou mal humoradas, dos passantes anónimos, dando realidade ao velho ditado «quem não pede não ouve Deus».

Apesar de, na prática, as condições de subsistência dos deficientes continuarem, na sua globalidade, precárias, assistiu-se, no entanto, a uma alteração profunda na sociedade portuguesa, no tocante à maneira como aqueles são encarados.

Mercê da sua própria organização os deficientes conseguiram romper a barreira do individualismo, apresentando-se ao Estado como uma grande questão Nacional, que os Governos terão que equacionar nos seus programas de acção.

De indivíduo banido do seio social, tendo como único interlocutor para as misérias o gesto humilhante da moeda que cai, o defi-

ciente passou a ser enquadrado num plano mais vasto, talvez ainda um pouco indefinido, mas numa situação totalmente diferente da anterior.

O primeiro passo para que os deficientes sejam considerados como cidadãos de pleno direito foi dado, mas outros passos terão que se seguir, até que não exista mais o mundo dos deficientes e o dos ditos não deficientes, mas apenas o mundo de todos.

De resto, se a questão dos deficientes é já hoje uma questão nacional, constatamos, no entanto, que as relações entre o Estado e as organizações de deficientes pouco diferem das existentes no estádio anterior, prevalecendo a ideia de que a uns compete pedir e aos outros dar como se o bem comum pudesse ser apropriado por uma parte em detrimento da outra.

Jamais poderemos aceitar situações de favor, outrora vindas dos gestos caridosos, hoje de medidas governamentais.

Ao reivindicarmos, no âmbito dos Deficientes das Forças Armadas, a reposição da CMRA no Ministério da Defesa Nacional e a aprovação, de imediato, da nova Lei Orgânica do SNR, fazêmo-lo conscientes de que nestas duas medidas residem, no fundo, as sementes do novo entrosamento — deficientes/sociedade —, que foram lançadas no após-guerra, e que na Década de Oitenta começaram a constituir um corpo de ideias bem sólidas, que romperão definitivamente com as barreiras da marginalização.

A aprovação da nova Lei Orgânica do SNR e a reposição da CMRA no MDN constituem verdadeiros reptos ao Governo, podendo-se concluir da aprovação destas medidas que a velha mentalidade foi ultrapassada, aceitando-se como normal e lógica a participação dos deficientes na resolução dos problemas que lhes dizem respeito.

Só é difícil passar das intenções aos actos, quando as intenções são simplesmente falsas promessas, o que não podemos nem queremos acreditar.

CONSELHO NACIONAL DA ADFA

(Continuação da pág. 3)

das pensões para um sector de sócios, o certo é que, através da revisão processual, foram conseguidos, individualmente, resultados muito satisfatórios.

Assim, passados dez anos, temos, no domínio material, a situação da maioria dos sócios estabilizada e a dos outros caracterizada por uma espera saturante que, por isso mesmo, corre o risco de deixar de ser a mola impulsora das grandes rasgos associativos.

No domínio social formal, os Deficientes das Forças Armadas são hoje uma realidade bem referenciada na sociedade portuguesa. São, como grupo próprio, plenamente reconhecidos pelos órgãos de soberania, e a população, conhece e sente minimamente a sua situação.

Esta estabilidade material e este reconhecimento social, objectivos privilegiados da acção da ADFA, bem cedo atingidos, terão levado a que os sócios entendam como esgotada a acção da Associação, mantendo-se passivos e distantes, embora atentos, zelando apenas pela manutenção do «status quo», de que, aliás, não há, actualmente, qualquer indício de alteração.

A resolução, com relativo êxito, das preocupações dos Deficientes das Forças Armadas a este nível acarreta, pois, uma clara desmobilização.

Pondo, no início, a tónica na dimensão material, a Associação não equacionou equilibradamente a questão da integração social. A outra dimensão, mais subjectiva, com carácter psicológico a nível do próprio deficiente e sobretudo do comportamento da sociedade, foi, no afã dos primeiros tempos, descuidada. Descuidada continuou a ser quando a estabilização material para a maioria foi conseguida. Criou-se, assim, um perigoso vazio associativo.

Esse vazio provocou, em certos momentos do passado, fortes abalos à solidez da Associação já que ficou à mercê da proliferação e desenvolvimento de outras actividades pouco associativas por parte de sócios com menos escrúpulos. É o caso da instrumentalização partidária, que, subrepticiamente primeiro e mais abertamente depois, tem consumido muitas das energias disponíveis num confronto estéril entre, por um lado, um pequeno grupo de associados politicamente enquadrados e, por outro, os que se empenham na afirmação e desenvolvimento de uma Associação independente. Este confronto tem substituído a natural e salutar discussão entre sócios com visões e perspectivas diferentes (legítimas) dentro do âmbito da acção da Associação — a integração social.

3. Neste quadro, meritório tem sido o esforço dos elementos que nos últimos mandatos e especialmente no actual tem arcado com a responsabilidade de manter uma Associação estável. O esforço individual ou de um grupo (sempre reduzido) mais militante tem-se substituído quase sempre à acção da massa associativa. Este erro de base tem viciado toda a estrutura, desde a organização dos serviços até ao funcionamento dos órgãos, passando pelas formas de atendimento dos sócios.

É chegado, pois, o momento de corrigir os erros e eliminar os vícios.

Da participação associativa dos sócios, em que cada um se afirma como um militante de primeira linha, dependerá o futuro da ADFA.

Tem-se, contudo, consciência de que a participação não acontece só por si, nem sequer por força de «slogans». Sabe-se que ela terá que ser, tal como sucedeu nos primeiros tempos da Associação, a materialização da procura de soluções para os problemas que afligem os associados.

Para além dos problemas de ordem material e formal, os mais visíveis e tradicionalmente privilegiados no processo da integração social, esta depara, a um nível mais profundo, com obstáculos de ordem psíquica e afectiva provocados pelo choque da deficiência e pelo seu permanente peso, que alteram o equilíbrio interior da pessoa deficiente e o seu relacionamento com os outros. Isto é especialmente verdadeiro no caso dos Deficientes das Forças Armadas, porque a sua reabilitação se processou totalmente à base de um esforço próprio, não faseada nem tecnicamente orientada, sendo, pois, no seu caso, marcadamente um processo contínuo e inacabado. Mas a integração depara ainda com as fortes barreiras sociais, levantadas pelo comportamento dos outros assente em preconceitos profundamente enraizados na nossa cultura. A rejeição dos deficientes pela sociedade, com todas as suas implicações e reflexos, é, pois, um poderoso obstáculo à integração social, que se situa a esse nível mais profundo e que, tradicionalmente, tem sido menosprezado.

Um deficiente com as necessidades materiais satisfeitas não se sentirá realizado, se a sua vida íntima e social não estiverem sintonizadas com os modelos individuais ditos normais e o todo colectivo.

A integração social não se esgota, pois, na pensão e no trabalho, mesmo tratando-se de pessoas jovens, como é o nosso caso, com vontade e necessidade de serem produtivas e entendendo a pensão como uma justa indemnização por danos sofridos ao serviço da colectividade. Neste outro campo, ela tem também que ser conquistada, numa luta permanente e não menos difícil. Empenhar os sócios nesta luta (ela já em si uma forma de integração), deverá, pois, ser a tarefa da Associação no futuro.

Para esta luta estarão mais disponíveis, obviamente, os que têm deficiências mais profundas — os que sentem mais a marginalização. Mas também os outros sócios sentem ou começam a sentir essas necessidades, sobretudo por irem caminhando para uma idade em que as deficiências se agravam ou se tornam mais incómodas.

Como tarefa do futuro, deverão os sócios ser, assim, militantes da sua própria causa e também da causa da generalidade dos deficientes portugueses, contribuindo com a sua experiência e o aprofundamento das questões da integração social para o equacionamento de uma política

nacional de reabilitação correcta e adequada à realidade portuguesa.

A ADFA, pelas suas peculiaridades, tem sido, mas deverá ser ainda mais e com maior autoridade, o veículo das correntes avançadas da reabilitação em Portugal. Para isso, deverá a sua expressão ser a resultante do sentir dos sócios, bem como a condensação das propostas de soluções por eles apontadas.

Esta dinâmica, geradora de condições mais favoráveis para que seja possível viver uma vida mais feliz na comunidade, será, ao mesmo tempo, garantia de que as reivindicações materiais ainda não satisfeitas serão mais depressa conseguidas e a manutenção dos direitos adquiridos será melhor defendida. O diálogo com os governos será tanto mais frutuoso quanto maior for a dinâmica associativa e, por conseguinte, a força da Associação.

4. Para compensar o vazio associativo, a Associação tem-se esmerado na organização e manutenção dos serviços, uma necessidade em determinada altura para fazer face a um certo caos, hoje dominados pela burocracia. Na gestão directa dos serviços tem-se esgotado muito a capacidade de orientação da Associação.

No domínio da prestação de serviços aos sócios, a ADFA tem-se também esmerado numa funcionalidade pouco imaginativa, acabando por resolver essencialmente problemas que uma agência, um escritório de advogados ou uma repartição pública tratariam, ignorando os que mais profundamente afligem os sócios e que só a Associação sabe e pode equacionar e resolver. Também aqui sobressai a tónica colocada pela ADFA nas necessidades materiais dos sócios. Para os inúmeros problemas de ordem mais subjectiva não existe capacidade de resposta.

No que respeita as actividades mais específicas da reabilitação, a Associação tem-se iludido a ela própria, acreditando que através de algumas iniciativas (oficinas produtivas, oficina de próteses e escola) tem a sua missão cumprida.

Estas iniciativas, cuja necessidade revela, desde logo, lacunas a nível dos serviços oficiais, ilustram, de facto, a actividade da Associação. Mas elas não podem esgotar a acção da ADFA, nem tão pouco devem ser um elemento dominante ou caracterizador, porque dariam à Associação o cariz de organização prestadora de serviços, com perda da sua verdadeira essência associativa e reivindicativa.

Iniciativas deste tipo, louváveis e oportunas, deverão ser enquadradas numa política interna de reabilitação, articuladas com outras, também importantes, e implementadas em função de prioridades definidas.

5. Perante o associativismo amorfo que nos caracteriza, o burocratismo dominante que nos atrofia, a administrativite que nos esgota, falta-nos, pois, urgentemente, um pólo dinamizador e catalizador da vontade dos sócios.

Necessitamos de uma ideia central, à volta da qual nos mobilizemos. Que seja então essa ideia, para além da manutenção dos direitos adquiridos e conquista dos ainda não alcançados, a da integração social plena, da luta pelo fim da marginalização, do empenhamento e da afirmação de cada um perante si próprio e perante os outros, da alteração de atitudes e comportamentos da sociedade, do reconhecimento do valor e riqueza que em cada deficiente, como ser humano, existem — a ideia da realização plena do deficiente como pessoa igual às outras.

Esta ideia central, desmistificadora da deficiência, reduzindo-a à sua real dimensão no espírito dos próprios e nos olhos dos outros, deverá estar na base do relançamento da vida associativa.

6. Para isso, antes de mais, a actual organização burocrático-administrativa da Associação deverá sofrer profundas alterações; a informação associativa que não tem sido implantada; a noção de serviços prestados aos sócios, repensada e reformulada, tanto na sede como nas delegações; as actuais formas de atendimento dos sócios, profundamente alteradas; a participação associativa nos diversos níveis, intensificada; a dinamização cultural e desportiva, repensada e relançada; a reabilitação que dizemos fazer, submetida a um programa global e nacional; e, finalmente, a prática dos órgãos dirigentes, adequada à gestão e desenvolvimento de uma Associação viva e actuante.

Começando pelos próprios Órgãos Sociais, especialmente as Direcções, a sua acção terá que ser aberta e transparente, com a colocação, em cada momento, à disposição dos sócios, de todos os dados informativos sobre decisões tomadas, os passos dados, bem como sobre as questões em estudo. A acção dos órgãos, para além do cumprimento do programa eleitoral, deverá ser o reflexo permanente da vontade dos sócios, expressa através de sugestões, propostas, pareceres, críticas, etc., que sempre e sobre todos os assuntos deverão emitir. Para isso, a articulação orgânica, a nível central, local e de núcleos, terá que ser perfeita, bem como entre os órgãos e os serviços de atendimento dos sócios.

Nos serviços de atendimento, os sócios terão que deixar de deparar com áridos balcões tipo repartição pública anacrónica, onde secamente recebem as informações específicas ou funcionalmente lhes é dado andamento aos assuntos apresentados. Para além de aqui, desde logo, poderem ter acesso aos meandros da orientação da Associação e à discussão dos problemas associativos mais actuais, este será o primeiro passo para uma participação mais rica, não só em termos de política associativa, mas também no que respeita às questões da integração social.

A comunicação entre os sócios, sobre as questões da reabilitação, uns mais experientes que outros, alguns mesmo mais sabedores, graças a uma diferente formação cultural e técnica, deverá ser implantada e institucionalizada, através de estruturas próprias. Por este meio serão resolvidos muitos problemas psíquicos que afligem e angustiam muitos sócios e que, na sua solidão, são incapazes de

superar. No topo deste processo comunicativo deverá funcionar uma comissão de integração social, constituída pelos sócios mais capazes.

Esta comissão deverá funcionar no âmbito de um departamento que tenha a seu cargo o atendimento dos sócios, a prestação de serviços relacionados com a deficiência e ainda as várias actividades dinamizadoras de carácter cultural, recreativo e desportivo. No âmbito deste departamento, através da comissão de integração social e na sequência do diálogo e comunicação, serão estudadas as questões de carácter técnico da reabilitação, as quais materialização depois a expressão da Associação junto dos órgãos nacionais da reabilitação (Secretariado Nacional de Reabilitação e Comissão Militar de Reabilitação e Assistência, que se pretende ver criada em breve).

No âmbito deste departamento, especialmente através da comissão de integração social, deverá ser definida, sistematizada e implantada uma política interna de reabilitação, nomeadamente as estruturas a criar e as actividades a desenvolver, tendo em conta as realidades dos sócios, as potencialidades da Associação e as lacunas que a nível do País existem neste domínio.

O funcionamento desta comissão, que deve reflectir o todo nacional, directamente na dependência da Direcção Central, não colidirá, obviamente, com as competências definidas para os diferentes órgãos.

A dinamização associativa deverá ter como objectivo fundamental transformar a Associação num espaço acolhedor e atraente. Desde as condições nas próprias instalações (bar, salas de jogos, biblioteca, etc.), até às actividades culturais e desportivas, a acção dinamizadora deve proporcionar uma vida associativa sadia, o mais intensa possível, mas sempre de forma agradável, desinibidora e revelando, desde logo, a própria forma de os deficientes estarem na vida, bem diferente do cunho triste e trágico que comumente lhes é reconhecido.

A prática associativa deverá ser liberta do imobilismo e formalismo que tende a dominar-nos. Deverá ser caracterizada pela diversidade, com reuniões e convívios frequentes nos mais diferentes locais do País, estabelecendo assim a ligação entre os sócios e os elementos mais responsáveis. Neste domínio, os núcleos deverão desempenhar um papel importante.

Para garantir o funcionamento de uma estrutura associativa reformulada, torna-se necessário libertar órgãos e pessoas das tarefas administrativas, dominantes, especialmente a Direcção Central, que deverá ser um órgão disponível para coordenar toda a Associação no seu dia a dia e empenhar-se muito especialmente nas grandes questões associativas. Aos pequenos problemas burocráticos deverá ser dada a verdadeira dimensão, fazendo-os depender de estruturas internas directamente sob a alçada da Direcção.

Como garante final do funcionamento de uma nova estrutura, exige-se que a equipa dirigente, a começar pelos órgãos sociais centrais eleitos pelos sócios, funcione dentro dos princípios da competência, solidariedade e empenhamento. Essa mesma solidariedade e empenhamento na viabilização global da Associação é exigida dos elementos igualmente eleitos pelos sócios, que constituem o Conselho Nacional, os quais deverão fazer o aproveitamento máximo das virtualidades deste órgão (que são muitas) para levar a Associação a atingir verdadeiramente os seus objectivos e melhor defender os interesses dos sócios.

AOS SÓCIOS

PREENCHIMENTO DE NOVA FICHA DE INSCRIÇÃO DE SÓCIO

Tendo vindo a verificar a Secretaria Central da ADFA que uma grande percentagem dos processos individuais dos sócios se encontra a ficha inicial de modelo já desactualizada, deficientemente preenchida, por vezes sem o mínimo de dados suficientes para dinamização dos trabalhos prestados ou a prestar aos sócios o que necessariamente redunda em seu prejuízo, solicita-se, mais uma vez a todos aqueles que, por qualquer motivo ainda não o fizeram, se apresentem na sede ou nas respectivas delegações para resolução do assunto.

Pedimos a v/colaboração urgente, uma vez que esta actualização de processos irá beneficiar todos.

EXCEPCIONALMENTE

● ESTE NÚMERO DO «ELO» É ENVIADO AOS SÓCIOS COM AS QUOTAS EM ATRASO

Excepcionalmente, por se tratar da passagem do 10.º aniversário do «Elo», este número é enviado a todos os sócios, independentemente de terem ou não as quotas em dia. Recorde-se, entretanto, que é de todo o interesse que os sócios mantenham as suas quotas actualizadas, já que, nos termos dos Estatutos, como é sabido, mais de três meses em atraso implica a perda do direitos associativos, e entre eles o recebimento, mensal, do «Elo».

ADFA PRESENTE EM ATENAS

42.º CONSELHO GERAL DA FMAC

O 42.º Conselho-Geral da FMAC, que se realizou em Atenas, entre 14 e 16 de Outubro passado, foi organizado pela Confederação Geral Nacional dos Inválidos e Vítimas de Guerra da Grécia, com o apoio do Comité Internacional de Relações Públicas para a Reabilitação, organismo ligado ao Instituto Helénico de Pesquisa sobre Reabilitação.

No referido Conselho Geral, cujos trabalhos decorreram no Hotel Caravel, estiveram representados os seguintes países: Alemanha Federal, Argélia, Austrália, Áustria, Benin, Brasil, Canadá, Costa do Marfim, França, Grécia, Indonésia, Inglaterra, Israel, Jordânia, Jugoslávia, Luxemburgo, Malásia, Nepal, Nigéria, Noruega, Nova Zelândia, Paquistão e o Tchad, admitido na FMAC durante esta reunião. Dos países com representação no Conselho Geral só a Itália, Serra Leoa e o Zaire não compareceram.

Os trabalhos iniciaram-se no dia 14, domingo, com uma sessão aberta oficialmente pelos presidentes da FMAC e do Conselho Geral. Seguiram-se a chamada nominal dos membros do Conselho, a adopção da ordem de trabalhos e a sessão solene de abertura. Nesta estiveram presentes altas entidades civis e militares, tendo sido lida uma mensagem do presidente da República grega e usado da palavra o ministro da Defesa da Grécia, o presidente do Município de Atenas, bem como o representante das associações gregas e os presidentes da FMAC e do Conselho Geral.

Terminada a sessão solene, os participantes foram transportados ao túmulo do Soldado Desconhecido, a fim de prestar homenagem aos combatentes mortos. Foi colocada uma coroa de flores no Monumento, tendo as honras sido prestadas por uma companhia e fanfarras.

No decurso das várias sessões de trabalho foram apreciados os pedidos de adesão de quatro novas associações, apresentados os relatórios do secretário-geral e do tesoureiro-geral e feitas diversas exposições por representantes da Organização Mundial de Saúde, Comité Internacional da Cruz Vermelha e Comité de Veteranos Americanos. De assinalar também as intervenções do major-general A. L. Monison da Comissão de Repatriamento da Austrália e do representante da Holanda. Revestiu-se ainda de especial importância a análise do documento «Orientações e Actividades futuras da FMAC».

No que refere aos pedidos de adesão, estes foram aceites. Assim, e a partir de agora, a FMAC conta com mais as seguintes associações: União Fraternal de Antigos Combatentes de Expressão Francesa do Tchad (UFCEF-TCHAD), Associação Holandesa de Antigos Combatentes e Legião Holandesa de Antigos Combatentes (NBOS-ULN), Federação das Mulheres

Antigos Combatentes da Finlândia (RN) e a União Pan-Helénica dos Oficiais Inválidos de Guerra, passando o Tchad a ser o 54.º país com representação na FMAC.

O relatório do secretário-geral, cuja apresentação ocupou um espaço significativo, reportava-se às actividades da FMAC durante o período compreendido entre Outubro de 1982 e Agosto de 1984. O relatório de contas, da responsabilidade do tesoureiro-geral, foi lido e aprovado, tendo também sido discutidos e aprovados nove projectos de resolução, que passo a citar:

- Estudo dos problemas de envelhecimento dos antigos combatentes - (Austrália).
- Exposição excessiva às radiações (Inglaterra).
- Actividades em benefício dos antigos combatentes dos países em vias de desenvolvimento (Jugoslávia).
- Participação das mulheres na FMAC (USA).
- Aniversários e programas de acção (Jugoslávia).
- Respeito pela Acta Final de Helsínquia, da Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa (USA).
- Turismo internacional para antigos combatentes (Jugoslávia).
- Ano Internacional da Juventude (Gabinete Executivo da FMAC).

A Organização Mundial da Saúde enviou um representante, dr. J. Krool, que fez uma exposição sobre as actividades e objectivos da OMS, apontando formas de cooperação desta com a FMAC. Debruçou-se essencialmente sobre a temática da prevenção e reabilitação, tendo acentuado em especial os problemas de acessibilidade, que não atingem apenas os deficientes em particular, mas de um modo geral a 3.ª idade; fez uma chamada de atenção para a necessidade de um programa de saúde global. Referiu-se ainda aos dois grupos de trabalho, precedidos pelo secretário-geral da FMAC, um para o estudo de transporte de deficientes, que integra o Governo, associações de deficientes e transportadoras (em França) e outro para estudo da normalização de cadeiras de rodas (também em França).

Do Comité Internacional da Cruz Vermelha vieram três elementos — Mme Dominice, Mme Mottier e dr. Solunarki, que apresentaram ao Conselho uma panorâmica sobre as actividades da Cruz Vermelha Internacional e a cooperação que esta mantém com a FMAC. A exposição, que foi bastante clara e incluiu a leitura de muitos documentos, teve como objectivo incentivar as relações entre as sociedades nacionais da Cruz Vermelha e as associações membro da FMAC.

O Comité de Veteranos Americanos fez-se representar pelo seu director executivo, sr.º June Willenz, que interveio sobre o papel das

mulheres na guerra e a sua contribuição para a paz, tema de um livro seu recentemente lançado no mercado.

O major-general A. L. Monison, da Comissão de Repatriamento da Austrália, apresentou um trabalho da sua autoria, realizado através do Departamento dos Assuntos de Veteranos da Commonwealth, denominado «Assistência aos Veteranos até ao ano 2000». Para a concretização deste trabalho o autor deslocou-se a vários países da Europa, América e Oceania e teve o apoio técnico de um consultor de medicina geriátrica e de dois superintendentes médicos. Este estudo está subdividido em cinco partes principais:

- Efeitos das circunstâncias de mudança
- Componentes de um sistema de saúde pública geriátrica — Modelo
- Conjugação do Departamento dos Assuntos de Veteranos com o sistema



Durante os trabalhos do conselho geral

de saúde pública geriátrica

- Opções e implicações de potencial humano e recursos financeiros do Departamento dos Assuntos de Veteranos
- Recomendações e conclusões.

Embora elaborado a partir de dados e realidades diferentes das portuguesas, encontram-se no entanto pontos comuns que, devidamente analisados e equacionados, poderão constituir um contributo para uma política de assistência futura. Este documento apoia-se em estatísticas demográficas que apontam claramente para o prolongamento da vida, nas pessoas que atingiram o escalão etário da 3.ª idade, facto que levanta problemas em termos de assistência que não variarão muito de país para país.

Esta problemática não foi ainda analisada entre nós. Contudo, é inegável que uma situação semelhante se colocará aos Deficientes das Forças Armadas, que num espaço de 15/20 anos começarão a atingir o referido escalão etário. Será bom que nos debruçemos desde já sobre esta questão, dado que urge alertar para a ausência de estruturas capazes de responder eficazmente às solicitações, não só dos DFA, mas também doutros grupos sociais com problemas idênticos.

A intervenção do repre-

sentante da Holanda incidiu sobre a organização da próxima Assembleia Geral da FMAC (18.º), que terá lugar na Holanda em Novembro de 1985, e que irá ser o ponto alto das comemorações do 35.º aniversário da fundação da FMAC e do 40.º do fim da 2.ª Guerra Mundial. Está já assegurada a presença da Rainha da Holanda nas cerimónias, bem como sessões no parlamento. Irão também ser convidados os embaixadores dos 54 países representados na FMAC. Prevê-se, além do mais, um esquema notável de alojamento e transporte.

Dos trabalhos do 42.º Conselho Geral, a par da apresentação do relatório do Secretário-Geral tratado anteriormente, destaca-se a análise e respectiva discussão do documento «Orientações e Actividades futuras da FMAC». Este documento refere-se à forma como foram implementadas as decisões da 17.ª Assembleia Geral.

nacionais relativos à reabilitação, legislação e problemas conexos;

- Dossiers médicos, prevenção e melhoramento das sequelas da deficiência;
- Controlo sistemático do estado de saúde dos antigos combatentes;
- Cooperação em informação médico-social;
- Aplicação das recomendações da 4.ª Conferência Internacional sobre Legislação.

— Princípios directores dos Direitos Fundamentais dos antigos combatentes e vítimas de guerra;

— Coordenação das informações sobre legislação dos antigos combatentes e vítimas de guerra e assistência técnica na base ad-hoc;

— Acordos internacionais sobre assistência recíproca a atribuir aos defi-

- Coexistência pacífica e compreensão internacional;
- Resolução pacífica dos conflitos;
- Respeito dos princípios da Carta das Nações Unidas;
- Respeito das resoluções e decisões das Nações Unidas.

Questões especiais

- Sudoeste Asiático;
- Próximo Oriente.

Europa

- Para uma aplicação consequente das decisões da Conferência de Helsínquia.

Desarmamento e problemas conexos

- Problemática geral;
- Interdição dos ensaios nucleares;
- Armas nucleares, químicas e biológicas;
- Desarmar para salvar a paz.

Direitos do Homem e Direito Humanitário

- Problemática geral;
- Refugiados;
- Pirataria Aérea;
- Terrorismo;
- Reafirmação e desenvolvimento do Direito Internacional Humanitário aplicável nos conflitos armados;
- Cruz Vermelha Internacional.

— A parte de cariz social e de convívio do 42.º Conselho Geral constou de duas recepções e um jantar de despedida. A primeira recepção, no Clube de Imprensa Estrangeira, foi oferecida pelo Comité Internacional das Relações Públicas para a Reabilitação. Da segunda, que decorreu no clube de Oficiais em Atenas, foi anfitriã a associação admitida durante este Conselho — União Pan-Helénica dos Oficiais Inválidos de Guerra. O jantar de encerramento teve lugar numa casa típica, com um espectáculo de folclore.

Paralelamente foi organizado um vasto programa para acompanhantes, com visitas guiadas aos principais pontos de interesse da cidade de Atenas.

A presença da ADFA nesta reunião estatutária da FMAC veio reforçar ainda mais, se possível, a vontade de participar cada vez mais activamente. Não só pela importância da maioria das associações que a integram, comprovada pelo trabalho já desenvolvido, mas sobretudo pelas potencialidades que as mesmas contêm para enfrentar os desafios do futuro.

A filiação da ADFA na FMAC assume, deste modo, um duplo papel. Por um lado, contactar com associações afins e beneficiar da experiência acumulada ao longo de anos de trabalho e, por outro, colaborar na medida das nossas possibilidades para o desenvolvimento e credibilidade da FMAC.

Os pontos abordados foram os seguintes:

Reabilitação e problemas conexos:

- Desenvolvimento e coordenação das pesquisas médicas e técnicas;
- Próteses e Ortóteses
- Actividades internacionais em matéria de reabilitação;
- Ajuda aos países em vias de desenvolvimento;
- Cooperação no âmbito da reabilitação e da formação profissional;
- Ajuda internacional aos países que obtiveram recentemente a independência;
- Apoio ao desenvolvimento das actividades desportivas para deficientes;
- Reinserção social dos deficientes;
- Ano Internacional do Deficiente;
- Facilidade de estacionamento para deficientes;
- Sequelas tardias (nos planos médico e legislativo);

3.ª Idade

- Cuidados geriátricos no envelhecimento dos antigos combatentes.

Construção Urbanística

- Protecção
- Acessibilidade

Legislação e problemas conexos

- Ratificação e implementação dos acordos inter-

cientos de guerra que viagem no estrangeiro;

- Antigos combatentes no estrangeiro;
- Viagens aéreas para grandes deficientes;
- Problemas de legislação referentes aos antigos membros das forças de manutenção da paz das Nações Unidas;
- Problemas dos antigos combatentes e vítimas de guerra não abrangidos por legislação;
- Estupefacientes e outras drogas perigosas.

Educação e Progresso

- Problemática Geral

Assistência económica

- Campanha mundial contra a fome;
- Utilização das Forças Armadas em actividades pacíficas;
- Programas de desenvolvimento;
- Programas de suporte material.

Desenvolvimento económico

- Problemática geral;
- Utilização dos recursos económicos.

Mantenção da paz e problemas conexos

- Pesquisas científicas sobre a paz;

EM NOME DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL ENTREVISTA AO «ELO» PELO MAJOR CAMILO DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS SÃO TESTEMUNHO VIVO DA JUSTEZA DA MADRUGADA LIBERTADORA DE 25 DE ABRIL

Dentro do desenvolvimento das relações entre a ADFA e a Associação 25 de Abril (A25A), e do respectivo interesse mútuo, publicamos hoje uma entrevista que foi solicitada à Direcção da A25A e que nos foi concedida, pelo major Carlos Manuel Lopes Camilo, em nome da Direcção da A25A, sócio fundador e actual membro da Direcção da A25A, na qualidade de secretário.

Objectivos da A25A

«ELO» — Quais os principais objectivos a que se propõe a A25A?

A25A — Conforme estatutariamente definidos os objectivos da A25A são:

— A consagração e divulgação, no domínio cultural, do espírito do movimento libertador de 25 de Abril de 1974;

— A recolha, conservação e tratamento de material informativo e documental para a história do 25 de Abril e do processo histórico que o precedeu e se lhe seguiu;

— A organização de cerimónias e outros actos evocativos e comemorativos do 25 de Abril;

— Os que na Assembleia Geral aprovar e que não contrariam a natureza da Associação.

2000 sócios e 850 apoiantes

«ELO» — Qual o número actual de sócios da Associação 25 de Abril, qual a composição do mesmo relativamente a oficiais, e sargentos e qual o seu significado relativamente ao total de efectivos das Forças Armadas?

A25A — A Associação têm actualmente cerca de 2000 sócios e 850 apoiantes. Como é sabido, só podem ser sócios, os militares dos Quadros Permanentes das Forças Armadas, no activo, reserva ou reforma e como é óbvio, neles se incluem oficiais, sargentos e praças. Por princípio, a Associação não distingue nem classifica os seus associados pelas diversas categorias profissionais que possuem ou pela situação em que se encontram, pois não foi, não é, nem certamente será essa a filosofia que preside à nossa vida Associativa. Todos quantos decidiram ou decidirem fazer parte da A25A, estarão igualmente sujeitos aos direitos e deveres consignados no Estatuto e Regulamento Interno em vigor e darão, de acordo com as suas potencialidades e disponibilidades, o contributo necessário à consecução dos objectivos já anteriormente explicitados. De qualquer forma, poderei adiantar que, neste momento, a grande maioria de sócios é composta por Oficiais dos 3 Ramos das Forças Armadas.

No que respeita a apoiantes, aí sim, existe realmente uma diferença, pois estes não poderão eleger ou serem eleitos para os corpos gerentes da Associação, mantendo no entanto todos os restantes deveres e direitos dos sócios. A estes, é ainda considerada facultativa a contribuição pecuniária fixada aos sócios.

Quanto à segunda parte da questão, não é preocupação nossa, testar ou efectuar levantamentos sobre a adesão ou implantação da A25A entre os membros das FA. Associação 25 de Abril e Forças Armadas não podem nem devem misturar-se, por forma a que, do comportamento de qualquer das instituições, seja legítimo extrair ilações envolvendo a outra.

A natureza e os fins da A25A são específicos e precisos e os sócios não confundam a sua condição de militares com a de associados.

Tal não impedirá logicamente que, das actividades Associativas no plano cultural, da troca de experiências, da promoção da solidariedade, da abertura às mais diversas correntes de opinião, não resulte uma valorização individual e colectiva que naturalmente se reflectirá no seio da FA.

Pensamos pois, que haverá uma resultante positiva, fruto da consciente utilização simultânea dos valores institucionais da profissão que abraçámos, com os valores que defendemos ao constituir a Associação 25 de Abril, sem que, para tal, se processe uma simbiose descaracterizadora ou ambígua, na vivência que queremos transparente no nosso posicionamento individual ou colectivo.

«ELO» — Com que apoios conta a Associação 25 de Abril e quais os problemas mais imediatos que se colocam ao desenvolvimento das suas actividades?

A25A — No plano cultural, gráfico, vida administrativa e Associativa, a A25A tem contado com o inestimável apoio quer dos seus associados, apoiantes e simpatizantes, quer de diversas entidades e personalidades pois, só assim, foi possível levar a cabo um vasto conjunto de iniciativas no corrente ano.

No plano financeiro, só contamos com os apoios resultantes de jóias e cotas de campanha de angariação de fundos destinada às comemorações do X Aniversário do 25 de Abril.

De salientar no entanto o facto, de ocuparmos instalações que nos foram cedidos pelo EME.

A exiguidade das verbas disponíveis, associada à precariedade das instalações que ocupamos, constituem os problemas mais imediatos no desenvolvimento das nossas actividades.

25 de Abril é Guia Preferencial no Construir do Futuro

«ELO» — Qual é a orientação mais importante que presidiu às comemorações do 10.º aniversário do 25 de Abril e quais as acções futuras que a Associação 25 de Abril pensa vir a desenvolver?

A25A — A efeméride em si e o facto de se ter considerado o corrente ano, como o ano de implantação, divulgação e consolidação da A25A, foram de certa forma factores permanentes na orientação imprimida às comemorações do X aniversário. Projecto delineado pela Comissão Instaladora, ambicioso quanto à qualidade, quantidade e diversidade das suas iniciativas na medida em que nos consideramos na fase de arranque da Associação, foi inteiramente assumido pela actual Direcção que, sem falsas modéstias, o julga ter cumprido integralmente.

Desde as sessões solenes de abertura e encerramento ambas presididas por Sua Excelência o Sr. Presidente da República, passando pelas diversas evocações dos acontecimentos mais importantes e marcantes do Movimento dos Capitães, aos concursos, seminário, exposições, convívios, provas desportivas, actividades culturais e elaboração de serigrafias, cartazes, medalhas e auto-colantes alusivos, procurou-se dar um cunho amplamente participativo e de abertura, por forma a que, as nossas iniciativas descentralizadas no Porto, Coimbra e Lagos e a nossa participação em inúmeros locais, com particular realce ao apoio que demos à grande manifestação popular realizada em Lisboa no 25 de Abril, fossem entendidas não como homenagens estereis, mas como comunhão fraterna na convicção comum dos valores de Abril.

Em todas elas procurámos testemunhar não somente a memória histórica do acontecimento, mas afirmar que o 25 de Abril é fundamentalmente presente e guia preferencial no construir do futuro.

«ELO» — Consideram que está a haver uma grande receptividade da parte da população às vossas iniciativas?

A25A — A justeza e transparência das nossas actividades e o cariz a elas imprimido, tiveram como é publicamente reconhecido, a participação e a adesão massiva das mais diversas camadas do povo português.

Para além da grande participação popular nas várias actividades organizadas pela Associação, os mais de 400 convites para nos fazermos representar em actividades comemorativas levadas a efeito por autarquias, empresas, cooperativas, colectividades, comissões e organizações, no Continente e Ilhas, bem como os convites endereçados por comunidades de emigrantes em França, Brasil, Canadá e



Durante uma reunião entre a Direcção da ADFA e a Direcção da A25A

Holanda, as intervenções em colóquios em Inglaterra e Áustria, são testemunho da receptividade que a A25A detém. Que melhor aval e estímulo poderíamos desejar?

«ELO» — Entre as razões que levaram ao desenvolvimento do Movimento das Forças Armadas, quais as que se mantêm vivas no espírito da Associação 25 de Abril?

A25A — O Movimento das Forças Armadas que interpretando correctamente o sentimento da Nação derrubou o regime de Salazar-Caetano e devolveu a cidadania plena ao povo português, desempenhou o seu papel histórico, cumprindo integralmente o programa apresentado na madrugada de 25 de Abril de 1974. Esse papel, terminou com a Revisão Constitucional e consequente e natural extinção do Conselho da Revolução.

Se por um lado a A25A, integra a quase totalidade dos militares do MFA e, por esse facto, se considere herdeira do espírito daquele Movimento, tal não obsta a que se faça no seu seio, a destriça o consciente do papel que hoje cabe aos militares de Abril.

Assim, as razões que levaram ao desenvolvimento do MFA enquanto tal, espelham-se hoje mais no que de bom e mau estes 10 anos tem trazido ao povo português, do que se traduzem no sentimento colectivo da Associação.

Do MFA, mantemos a solidariedade, a fraternidade e a convicção nos valores que nos congregaram na eliminação da tirania e da opressão; do 25 de Abril, a certeza no regime democrático, a crença imensa na vitalidade do povo português para descobrir o rumo do seu progresso, da sua independência e da sua liberdade; da A25A a esperança de que este espaço de reflexão, este lugar de convívio e esta afirmação de solidariedade, sejam um contributo singelo mas determinado, na construção do que em Portugal está por construir.

Do ponto de vista histórico, a Guerra Colonial torna-se impossível

«ELO» — Tendo o 25 de Abril posto fim à guerra colonial, qual foi o peso da existência de um número considerável de mortos, feridos e deficientes da guerra, no

eclodir da Revolução? Terminou a guerra, só porque militarmente estava perdida?

A25A — A maioria dos sócios da A25A pertencem à geração que teve de suportar física, e psicologicamente a guerra colonial. Têm pois neste campo, um saber de experiência feito e naturalmente, conhecimento objectivo das consequências que os confrontos violentos armados provocam nos seus intervenientes, particularmente nos cidadãos portugueses que pereceram ou ficaram estropeados.

Não cremos no entanto que, o número considerável de mortos, feridos e deficientes, por si só, tenha pesado significativamente no eclodir da Revolução.

Para um militar do Quadro Permanente a aceitação do sacrifício máximo faz parte integrante do seu subconsciente e é um dado introduzido e posteriormente aceite quando da sua formação profissional.

O significado da luta que então se travou, a grande questão da inevitabilidade ou não da guerra, da guerra justa ou injusta e os então chamados «superiores interesses nacionais» em confronto com as realidades humanas, sociais, políticos e económicas, trouxeram as interrogações que conduziram à consciencialização que levou à Descolonização e consequente finalizar da guerra. Ela termina pois, não porque militarmente estava perdida, mas porque do ponto de vista histórico, era impossível continuar a constituir o sustentáculo de uma política nacional e universalmente condenada.

Deficiência é um risco da profissão militar

«ELO» — A ADFA defende os interesses dos deficientes militares e dos militares, na medida em que estes são também «candidatos» à deficiência, dado o elevado risco que as funções militares implicam. Existe, entre os militares e na Associação 25 de Abril, uma sensibilidade especial para esta questão?

A25A — É evidente que sim. Efectivamente, a profissão militar implica potencialmente elevados riscos, mesmo em tempo de Paz.

A25A pela característica dos seus sócios, não pode deixar de ser sensível a esta questão, embora não esteja prevista qualquer acção neste campo, por não se enquadrar no âmbito estatutário.

Laços estreitos entre a A25A e a ADFA

«ELO1» — A Associação 25 de Abril considera que se possam estabelecer relações privilegiadas com a ADFA? Quais? Qual a sua base?

A25A — procurará estabelecer relações no plano cultural e cívico com qualquer Associação que, pela sua actuação e princípios, possa enriquecer com os seu contributo e experiência, a vivência e a formação dos nossos associados.

A A25A conta no seu seio com elementos preponderantes na ADFA e, desde o início da sua formação, tem tido e espera continuar a ter o apoio que a vossa Associação nos tem dispensado.

Pensamos que a circunstância de ter diversos membros interessados nos destinos das duas Associações, permitirá aumentar os estreitos laços, já existentes e servir de veículo à compreensão mútua dos problemas que surgem, das dificuldades a ultrapassar e dos objectivos que ambas se proproseram alcançar.

A Paz e o Desarmamento entre as preocupações da A25A

«ELO» — Sobre a Paz e o Desarmamento, pensa a Associação 25 de Abril poder vir a ter um papel activo na educação para a Paz e na sensibilização da opinião pública sobre o desarmamento?

A25A — A A25A tem vindo a promover diversas actividades culturais e pensa desenvolver um vasto programa onde se tratarão variados temas julgados de interesse, para discussão serena e aprofundamento das mais diferentes correntes de opinião.

Para além do Centro de Documentação e porque apostamos na valorização cultural e na supremacia da inteligência, pensamos ser essa uma das mais importantes vias para o esclarecimento e educação de todos os que, com boa vontade, pensam dar o seu contributo na construção de uma sociedade mais justa e mais fraterna.

Logicamente os temas da Paz e da Guerra, do Departamento ou Escalada Armamentista, terão aí inserção adequada.

Mensagem aos sócios da ADFA

«ELO» — Quer deixar uma mensagem especial aos sócios da ADFA, vítimas, sobretudo, da guerra colonial, sobre o significado do 25 de Abril na História de Portugal?

A25A — O 25 de Abril na já tão rica História de Portugal, terá o seu tempo e o seu lugar. Mas para vós, o 25 de Abril chegou tarde, porque trazéis na carne e no espírito, as marcas do regime derrubado.

Sois entre outros, particulares testemunhas vivos da justeza da madrugada libertadora, pois só na sociedade de Abril com que sonhamos e que aos poucos o povo português vai construindo, vos podereis assumir como cidadãos de corpo inteiro, embora muito ainda esteja por fazer nos mais variados domínios, designadamente, nos da recuperação e reintegração social.

Será só no quadro de Abril que encontrareis a esperança na concretização dos vossos direitos.

É também nossa a vossa esperança.

HÁ 10 ANOS

O «ELO» INICIOU UM PERCURSO ÍMPAR NA INFORMAÇÃO SOBRE DEFICIENTES

Há 10 anos, foram estas as primeiras palavras escritas no «Elo»: «O jornal dos Deficientes das Forças Armadas exprimir-se-á, por norma e por imperativo, na linguagem simples, mesmo rude mas clara, que os deficientes, na sua quase totalidade soldados, sabem utilizar e entender. Escrito por nós e para nós, poderá ser lido e assim compreendido, pelas nossas famílias, como nós simples e mergulhados nos nossos problemas, assim como por todo o povo que sofreu com as guerras coloniais e entende também a nossa linguagem».

Há 10 anos anunciámos assim, desta forma ingénua, para uma tarefa ingente e que hoje se traduz já em mais de 1500 páginas escritas exactamente por nós, na nossa linguagem simples.

O que há 10 anos fortemente nos unia carecia de explicitação, em letra de forma, através de um órgão de informação por nós escrito e a nós dirigido. Essa necessidade tinha sido logo expressa na elaboração dos primeiros Estatutos, publicados em 11 de Novembro de 1974, onde se previa a «organização de uma publicação em que sejam abordados temas relacionados com os fins da Associação».

O tratamento dos problemas dos deficientes via informação, isto é, a sua divulgação, dirigida tanto para nós próprios como à sociedade e aos poderes constituídos era, pois, forma privilegiada do processo global da integração social.

Foi nova esta sensação de nos lermos a nós próprios e de sentirmos que eramos lidos pelos outros. Era estimulante constatar que os nossos problemas transvasavam, assim, do nosso eu para se tronarem do domínio público, ganhando foros de cidadania, tornando-se objecto de atenção e motivo de interesse por uma população que apenas aprendea e sabia encarar os deficientes na perspectiva caritativa. Este (o início da publicação do «Elo») foi, há 10 anos, depois da criação da Associação, o segundo grande passo dado no sentido da integração social dos Deficientes das Forças Armadas.

Sem o «Elo», sem esse regular expressar do que sentimos e queremos, a ADFA não seria o que é hoje: A sua implantação, mesmo no âmbito dos próprios Deficientes das Forças Armadas, poderia não ser total, como hoje sucede. E o seu hoje indiscutível reconhecimento público seria certamente bem menor sem a informação que através do «Elo» tem sido veiculada. A própria concepção que hoje se tem da integração social em Portugal não seria exactamente igual. Através deste pequeno, mas regular e persistente jornal, temos, na linguagem simples que nos caracteriza, procurado definir um modelo de integração — uma filosofia, não sistematizada, mas pulsante e viva, emergindo das nossas necessidades e dos nossos anseios, desta acção fervilhante só desactivada quando se apagar o fogo da revolta perante a marginalização.

Há 10 anos, começámos, pois, uma caminhada que ainda não terminámos nem interrompemos. Caminhada que, infelizmente, se afastou ainda muito pouco do ponto de partida, porque as respostas às carências e anseios não têm correspondido proporcionalmente às expectativas iniciais. Se o entusiasmo posto na obra própria que se cosntrói mostrava curto o caminho a percorrer, a silenciosa intuição deixava-nos saber que eram muito distantes os objectivos a atingir. Foi desta dialéctica entre o entusiasmo apaixonado e o conhecimento frio que resultou a acção da ADFA, permanentemente reflectida nas páginas do «Elo».

O «Elo», pequenino, simples, feito «ad-hoc», por amadores, mas portador de uma mensagem nova, foi ousado lutador num campo adverso, semeado por preconceitos milenares. Derrubar esses preconceitos, com a espada do esclarecimento, foi tarefa de que este persistente pequeno jornal (para nós grande) se incumbiu. Muitos dos obstáculos que impedem a livre e espontânea aceitação dos deficientes como cidadãos plenos existem ainda, mas muitos outros foram definitivamente ultrapassados. O «Elo» desempenhou aí papel fundamental. De elo dos Deficientes das Forças Armadas, como, aliás, se designava nos primeiros números, tendo como objectivo essencial ligar e unir todos os sócios da Associação na cadeia do mesmo ideal, passou, progressivamente, a elo de ligação entre os deficientes e a sociedade. O «Elo» não é o único jornal sobre deficientes em Portugal, mas é o que, nestes 10 anos, se manteve com mais regularidade; que tratou os assuntos da reabilitação com mais actualidade e oportunidade; que mais ousadamente se pronunciou sobre as questões mais melindrosas respeitantes aos deficientes e à reabilitação; que mais material terá difundido sobre o tema genérico da integração social.

O «Elo», o nosso pequeno jornal associativo, permanentemente atento às grandes e pequenas questões da reabilitação, constitui hoje, no nosso país, talvez o maior repositório de informações sobre deficientes nestes 10 anos. Os 126 números do «Elo» publicados constituem um património público inestimável. Nas suas páginas se encontram os factos fundamentais — melhor ou pior tratados — sobre a reabilitação em Portugal depois do 25 de Abril, aguardando que alguém os compile, ordene e sistematize, dando-lhes um sentido. Essa história seria hoje preciosa, dando-nos uma ideia não só do tudo que havia por fazer, do pouco que se fez e do muito que ficou por fazer, mas também do esforço e determinação empenhados e por quem, como das resistências impostas e também por quem. Revelaria essa

história como todo este trabalho se desenvolveu num sub-mundo, marginalizado do grande e aberto mundo da actividade da sociedade e do próprio Estado. O pouco feito de tudo o que havia por fazer não teve uma dimensão pública, não foi assumido aberta e espontaneamente pelos cidadãos e governantes. Os grandes órgãos de informação, nestes 10 anos de denúncia, trataram exaustivamente (e bem) os mais diversos aspectos da vida em sociedade, mas não trataram ou afloraram apenas envergonhadamente o grande problema da marginalização dos deficientes. Igualmente, o discurso do Poder não enunciou este problema, ou se o fez, mais recentemente, foi também timidamente.

O problema dos deficientes e da sua marginalização ainda não se desenbrou das implicações culturais pro-

fundas que o tem determinado. Sempre encarado emocionalmente, arrumado no canto obscuro do psiquismo colectivo, carece de um tratamento psicanalítico urgente, no sentido de o fazer emergir no plano do consciente, iluminado definitivamente pela luz da razão. O «Elo», escrito pelos próprios deficientes, que sentem os efeitos desses recalca-mentos da mente colectiva, tem, nestes 10 anos, praticado infatigavelmente essa terapia. Os resultados não são hoje, de facto, satisfatórios, mas alguns são já visíveis.

Há 10 anos, quando começámos a escrever as primeiras linhas, ambicionávamos chegar mais longe. Mas hoje, ao escrevermos estas, embora insatisfeitos — o que nos dá força para continuar —, num balanço apressado, não temos dúvidas em concluir que valeu a pena.

CELEBRADO IMPORTANTE PROTOCOLO ENTRE O SECRETARIADO NACIONAL DE REABILITAÇÃO E A JUNTA CENTRAL DAS CASAS DO POVO

No passado dia 4 de Outubro foi assinado pelo Secretário Nacional de Reabilitação e pelo Presidente da Junta Central das Casas do Povo um importante protocolo em que estes dois organismos sintonizam a sua actuação no domínio do apoio e esclarecimento prestados aos deficientes.

Transcrevemos a seguir, na íntegra, o teor deste protocolo, onde o Secretariado Nacional de Reabilitação se compromete a fornecer às Casas do Povo toda a informação e mesmo formação de pessoal para apoiar e orientar os deficientes na realização dos seus direitos e as Casas do Povo se comprometem a desenvolver uma acção específica e inovadora no domínio da informação, sensibilização e intervenção directa junto dos deficientes e suas famílias, promovendo e apoiando deste modo a integração social daqueles.

Trata-se de uma medida que merece e deve ser realçada, porque é o primeiro passo que o Secretariado Nacional de Reabilitação dá para fora dos seus próprios gabinetes burocratizados, no sentido, conforme é seu dever, de promover uma sensibilização do todo social para a necessidade de integração dos deficientes e lançar as bases de uma política nacional de reabilitação; porque, desta forma, o Secretariado Nacional de Reabilitação foi directo ao ponto mais sensível e mais carenciado — os meios rurais, onde o equacionamento e resolução da questão da integração social nunca tinham penetrado; porque foi encontrado um parceiro excelente para guiar o Secretariado Nacional de Reabilitação nesta sua incursão no interior da sociedade portuguesa — as Casas do Povo, os organismos hoje mais populares e que maior crédito e respeito merecem por parte das populações.

Com o vigor com que sempre aqui criticamos o Secretariado Nacional de Reabilitação pelo seu isolamento e hermetismo perante os problemas reais dos deficientes, não cumprindo sequer os preceitos legais existentes, demitido da sua acção de programar, impulsionar e coordenar a reabilitação, com esse mesmo vigor, aqui louvamos esta iniciativa, um passo de gigante num imenso terreno inexplorado. Apreciamos também a disponibilidade e empenhamento da Junta Central das Casas do Povo, de quem, a partir de agora, justificadamente, muito se espera.

Mas louvaremos ainda mais (esperamos) o resultado desta iniciativa. Esperamos, de facto, que resulte, o que não será difícil. Bastará que os dois subscritores do protocolo cumpram minimamente o prometido, porque a grande garantia estará na receptividade e interesse revelados pelos deficientes dos meios rurais e suas famílias quando virem, finalmente, que um pouco de atenção lhes é dispensada.

Espera-se que esta iniciativa, resultando, seja, de facto, o primeiro grande passo para a tão necessária descentralização e regionalização do Secretariado Nacional de Reabilitação. Deste modo se adiantará um trabalho precioso, a coordenar e desenvolver pelos Conselhos Distritais de Reabilitação, estrutura que se pretende ver consignada na nova lei orgânica do Secretariado.

Publicamos, a seguir, na íntegra, o conteúdo do protocolo.

1. O Secretariado Nacional de Reabilitação vem procurando por todos os meios ao seu alcance sensibilizar e informar a sociedade portuguesa sobre a problemática dos deficientes.

2. Se esta informação ainda não conseguiu atingir níveis aceitáveis nos centros urbanos, no que respeita aos centros rurais ela é praticamente inexistente.

3. Muitos são os deficientes que, ou desconhecem os direitos que lhes assistem ou, conhecendo-os se encontram em situações que não lhes permitem reclamá-los.

4. O Secretariado Nacional de Reabilitação, porque não dispõe de estruturas regionais próprias, tem de procurar a colaboração, para o efeito, de todos os serviços oficiais e outros, para esclarecer, informar e sensibilizar, quer os deficientes, quer as comunidades onde estes estão inseridos.

5. Na perspectiva de levar essa informação aos meios rurais, ninguém melhor que as Casas do Povo a podem veicular.

6. Por outro lado, são também as Casas do Povo, como autênticas extensões dos serviços públicos, que podem alertar o Secretariado Nacional de Reabilitação para as carências básicas existentes nas respectivas comunidades, nas áreas da prevenção, reabilitação e integração social dos deficientes, permitindo ao Secretariado Nacional, não só um mais completo panorama global do País, nestas áreas, como colaborar activamente na resolução das necessidades dos membros das respectivas comunidades.

7. Tendo em conta a vocação e as potencialidades das Casas do Povo e a sua reconhecida implantação nos meios rurais, o Secretariado Nacional de Reabilitação e a Junta Central das Casas do Povo celebram um protocolo nos seguintes termos:

a) As Casas do Povo, no âmbito da suas atribuições, passam a dar apoio aos deficientes e seus familiares, radicados na área da sua intervenção, nomeadamente:

1. Prestando informações e esclarecimentos acerca dos serviços, equipamento e compensações existentes para deficientes e suas famílias, bem como dos trâmites legais necessários à sua utilização e obtenção.

2. Apoiando acções de sensibilização da comunidade, desenvolvidas pelo SNR, no sentido de contribuir para a prevenção da deficiência e integração social do deficiente.

3. Comunicando ao SNR as situações de carência mais prementes, detectadas a nível local.

4. Promovendo a divulgação do material informativo fornecido pelo SNR com conhecimentos práticos e conselhos que possam ser utilizados pelos deficientes e suas famílias de modo a ajudar a superar as dificuldades decorrentes da própria deficiência.

b) O Secretariado Nacional de Reabilitação dará aos trabalhadores das Casas do Povo a formação necessária ao desempenho das funções de apoio previstas no número anterior e fornecerá regularmente todas as informações necessárias à execução do disposto neste protocolo.

c) Ficam a cargo do Secretariado as despesas decorrentes das acções previstas na alínea anterior.

O PORTA-VOZ DA ADFA

Em altura de aniversário é bom lembrar como tudo começou. Tudo se inicia verdadeiramente com o 25 de Abril de 1974, acontecimento único e ímpar na história deste País. Esta data simboliza uma viragem na história, a libertação de um povo, o fim do colonialismo. É o conhecido movimento dos capitães que termina com o pesadelo de 48 anos de fascismo, deixando, a partir daí, antever largos horizontes de esperança, a percorrer em liberdade.

É a partir deste dia que os deficientes das Forças Armadas conquistam o direito de procurar um lugar na sociedade à medida dos seus desejos, ou seja, acabar com a marginalização a que estavam sujeitos, de forma a se reabilitarem com vista à integração na sociedade dignamente, com um papel activo e útil a desempenhar. Assim, os DFA* constituem-se em associação para mais objectivamente participarem na resolução dos problemas resultantes das injustas guerras coloniais.

Em Novembro de 1974, aparece o n.º 0/1 do ELO, órgão de informação da ADFA; inicialmente quinzenal, passa a mensal em Janeiro de 1977. Ao ELO cabe-lhe a tarefa de informar da situação dos deficientes.

Nestes dez anos de vida ao serviço dos interesses dos deficientes, o ELO conta com mais de 1 milhão de exemplares enviados aos sócios. Este artigo visa a abordagem das principais linhas de força impressas no ELO ao longo de dez anos de luta pela integração

social do deficiente, visa a análise dos principais passos da ADFA e visa igualmente dar relevo às directrizes temáticas abordadas nas páginas do ELO.

Relendo o que se escreveu desde o n.º 0/1 do ELO até agora, verifica-se que o 25 de Abril sempre mereceu uma atenção e um tratamento especial no selo do jornal, pelo seu significado, pelo que representou de mudança nesta sociedade. A partir desta data, os deficientes puderam lutar pelos seus direitos, exigindo a saída de legislação própria que reconhecesse os seus direitos. Dentro do âmbito desta problemática, verifica-se a saída de 7 números do ELO entre 15 de Setembro e 15 de Novembro de 1975, o que demonstra a intensa luta dos DFA* por uma legislação justa que contemplasse todos os deficientes da mesma forma! O ELO serve de veículo dos DFA* na denúncia e acusação dos responsáveis pela sua situação, provocada por uma guerra injusta. É de lembrar, também, as muitas linhas que o ELO tem dedicado especificamente à consciencialização das pessoas para a aceitação do deficiente tal como ele é, um ser humano com deficiências mas com capacidade (desde que dadas as condições necessárias) para se reabilitar e integrar socialmente sem necessidade de esmola, sem necessidade desse conceito puramente cristão que dá pelo nome de caridade e só serve de descarrego de consciência para quem a pratica. A tudo isto o ELO deu voz activa.

Lista C que obteve 55,5% dos votos. Também este acontecimento é significativo, a partir daqui há uma demarcação da ADFA em relação à APD no que diz respeito às orientações das formas reivindicativas e do trabalho a fazer em prol do deficiente.

O «ELO» n.º 82/Jun.-Jul./80 aparece com um novo director, J. Eduardo L. Cascada, substituindo J. Matias de Vasconcelos. No n.º 83/Ago.-Set./80 é anunciado o Ano Internacional do Deficiente em 1981, deliberado pela ONU. Em Dezembro de 1980 o «ELO» n.º 86 anuncia que a ADFA deu uma conferência de imprensa onde divulgou a realização do 2.º Congresso da ADFA e o plano de actividades para o Ano Internacional do Deficiente.

Outro assunto que marcou a vida da ADFA foi a extinção da CMRA, o que vem reflectido nas páginas do ELO n.º 87/Jan./81, onde é repudiada a decisão governamental com críticas severas a tal acto: «...Um Governo que acaba com o CMRA no período em que se inicia o Ano Internacional do Deficiente não pode ser democrático...»

No n.º 89/Mar./81 é anunciada a realização de uma manifestação no dia 15 de Maio, data coincidente com o início do primeiro dia do 2.º Congresso Nacional da ADFA. A manifestação visava exigir do Governo a satisfação do plano de actividades ao Ano Internacional do Deficiente que não estava a ser cumprido pelo Governo. Neste número são também apresentadas as teses a discutir no 2.º Congresso Nacional da ADFA.

No n.º 92/Junho/81 são anunciadas as eleições para os órgãos sociais centrais, realizadas no dia 18/Junho/81, dando o n.º 93/Junho/81 os resultados das eleições mais participadas de sempre, o que prova que a vida da ADFA estava numa fase de vida associativa ascendente, os seus associados participam massivamente na discussão e resolução dos problemas.

A lista A (ver n.º 93) vence as eleições, sendo constituída quase na totalidade pelos mesmos elementos que faziam parte dos anteriores órgãos centrais, o que demonstra que os associados tinham confiança e estavam satisfeitos com o trabalho por eles realizado. Fica assim garantida a independência da ADFA em relação a tutelas estranhas.

O ELO continua dentro da mesma linha de acção, dedicando as suas páginas à luta e reivindicação da ADFA pela satisfação do Plano de Actividades Comemorativas do Ano Internacional do Deficiente que tinha sido elaborado pelo Governo, não estando a ser cumprido pelo mesmo. Este assunto continuou a ser tratado noutros números posteriores.

O n.º 100/Março/Abril/82, um número especial com 20 páginas, dedicado ao 8.º

aniversário da ADFA e do 25 de Abril, contou com a participação de diversos colaboradores e apresentou o balanço da AID.

No n.º 100 inicia-se um certo debate sobre o associativismo, com o artigo ASSOCIATIVISMO DE DEFICIENTES, UM DEBATE PÚBLICO NECESSÁRIO, o qual se vai continuar com uma demarcação cada vez maior da ADFA em relação à APD e à UCNOD, que passa pelo artigo CCNOD tenta dividir a ADFA, no n.º 103, Julho/82, e que culmina no n.º 114/Octubre/83. REALIZAÇÃO DO 2.º CONGRESSO NACIONAL DE DEFICIENTES ACENTUA A DIVISÃO DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO.

No n.º 103/Julho/82, a ADFA dá passo importante para a sua afirmação a nível internacional ao formular o pedido de admissão na Federação Mundial dos Antigos Combatentes (FMAC). O pedido de admissão na FMAC é apreciado por esta organização em 23 de Outubro de 1982 em Nice na reunião do Conselho Geral, sendo deliberada a aceitação da ADFA como membro de pleno direito da FMAC. A participação da ADFA na FMAC tornou-se em breve uma realidade, merecendo especial destaque a 1.ª visita do Secretário-Geral da FMAC a Portugal, referida no n.º 113/Agosto/Setembro/83, e vindo a ser noticiada noutros números a deslocação de representantes da ADFA a reuniões e ao Conselho Geral da mesma organização. Este processo veio a culminar com a marcação da reunião da Comissão da FMAC para os Assuntos Europeus, a realizar em Portugal em Fevereiro de 1985, decisão e reunião já desta-

(Continua na pág. 10)

O ELO TEM SIDO O REFLEXO DOS PRINCIPAIS PASSOS DA ADFA

Ao folhear e ler o ELO desde o n.º 0/1 até agora, constata-se facilmente que a ADFA teve diferentes orientações políticas, diferentes posicionamentos perante a problemática do deficiente. É essencialmente a esta constatação que se pretende dar forma ao longo do artigo para melhor compreensão do historial da ADFA.

Inicialmente, nos primeiros 25 números do ELO, observa-se uma dedicação completa, por vezes exaustiva, ao aspecto da revolução, tomando uma posição política paralela à dos idealistas da revolução, acreditando que o problema do deficiente se resolveria por si só, como algo sucedâneo da revolução em curso. Como comprovação do referido, há um manancial muito grande de artigos sobre a temática política da altura, que vai de artigos relacionados com a ligação MFA/POVO e da plataforma de acordo entre o MFA e os partidos, isto nos n.ºs 3 e 8 de 1975, e ainda dois artigos marcantes da orientação política da altura, o n.º 6 de 75, onde temos O 11 DE MARÇO, CRAVOS VERMELHOS REGADOS COM SANGUE NO DESESPERO DA REACÇÃO, e outro artigo no n.º 9 de 75 em que diz: SOCIALISMO PARIDO EM ELEIÇÕES É ABORTO. Isto demonstra bem o empenhamento político da ADFA na revolução em curso. Contudo, a partir do n.º 25 de Dezembro de 1975, o jornal passa a reflectir uma nova posição da ADFA, nota-se um menor empenhamento político, verificando-se uma maior dedicação aos problemas do deficiente, à vida associativa. Mas isto, não acontece radicalmente, há uma temática política que se mantém, como nos artigos dedicados a FREDERICO ENGELS (n.º 25/Dez./75) e ao MARXISMO (n.º 26/Jan./76). No n.º 27/Jan./76 é publicado na íntegra o decreto-lei dos DFA* em que uma parte significativa

dos DFA* não são contemplados justamente. É aqui que se dá a ruptura com a política e começa a verdadeira tomada de posição em prol dos interesses específicos dos deficientes. No n.º 29/Fev./76 o ELO fala do 1.º Congresso Nacional da ADFA, que teve lugar em 28 de Fevereiro do mesmo ano e publica também as portarias regulamentadoras do Decreto-Lei 43/76, sobre a criação e funcionamento da Comissão Militar de Reabilitação e Assistência (CMRA). O «ELO» n.º 30/Mar./76 traz as conclusões do 1.º Congresso Nacional da ADFA onde se afirma que a ADFA «...é uma associação livre, despolitizada, e tem por tarefa a despesa dos interesses de todos os portadores de deficiências, quer físicas ou mentais, no entanto deverá ter sempre uma actuação antifascista numa perspectiva socialista...» na orientação da sua política de reabilitação e reintegração sócio-profissional dos deficientes. É a partir daqui que se pode falar numa demarcação política da ADFA. O jornal deixa de ser um «pasquim» político, para passar a dedicar uma maior atenção ao associativismo; logo no ELO n.º 31/Mar./76 os títulos de primeira página são: ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, A ADFA TEM NOVOS ESTATUTOS, EDUCAÇÃO E REABILITAÇÃO DE CRIANÇAS INADAPTADAS, estes artigos reflectem uma mudança, embora alguns temas políticos continuem a ser tratados, mas assumindo um aspecto despolitizado, independente, sem carga ideológica, meramente no sentido humanitário de justiça social para todo o mundo.

Dizer que houve uma mudança de orientação política, não implica que tenha havido uma perda de capacidade de reivindicar no acto ou no efeito, pelo contrário, aumentou na medida em que se pega nos problemas específicos do deficiente: a

reabilitação e a integração social em todas as suas dimensões. Como prova do referido aparece no n.º 35/Jun./76 um artigo sobre A COMISSÃO PERMANENTE DE REABILITAÇÃO (CPR), onde a ADFA toma posição, acusando-a de inoperante e exigindo que essa comissão seja substituída por uma outra que desenvolvesse o trabalho de reabilitação. É neste sentido que se constituiu a Comissão Militar de Reabilitação e Assistência (CMRA), também deste facto o «ELO» de notícia nos n.ºs 35 e 38/76.

Um passo que se esperava importante no trabalho de reabilitação foi sem sombra de dúvida a criação do Secretariado Nacional de Reabilitação (SNR), um instrumento do Governo para a implantação de uma política nacional de reabilitação e integração social. Este assunto foi igualmente trazido a lume pelo ELO no n.º 52/Set./77 onde faz a análise do conteúdo do decreto-lei que cria o SNR, advertindo os deficientes para o facto de não ser apenas com um decreto-lei que tudo se resolve, mas sim com um empenhamento profundo na laboração dos interesses dos deficientes.

No n.º 66/Dez./78, a ADFA num comunicado conjunto com a ADP rejeitou todas as iniciativas como a «Operação Pirâmide» dizendo que os deficientes foram utilizados, sem o mínimo de consideração, na campanha de sensibilização pública, pelos promotores da «Pirâmide» para alcançar objectivos que em nada beneficiam os deficientes. Acusam de igual modo a «operação Pirâmide» de proporcionar uma promoção descarada e insultuosa de ceridadezinha sob a capa da solidariedade e do amor ao próximo.

Outro momento difícil na vida da ADFA vem à baila no ELO n.º 72/1979 que traz na sua 1.ª página um artigo sobre a possibilidade de

transferência da sede da ADFA por determinação da Presidência da República, sendo entregue o Palácio da Independência à comunidade dos Portugueses no Brasil e a ADFA transferida para outras instalações. Face a esta situação, o ELO, como porta-voz da ADFA, vai fazer, ao longo de 4 números, o ponto da situação.

Outro ponto importante da vida da ADFA e que o ELO noticiou no n.º 76/Out./79, foi o convite para o Encontro Mundial de Ex-Combatentes para o Desarmamento, que teve lugar em Roma de 18 a 20 de Outubro de 1979 e onde estiveram presentes 2 representantes da ADFA.

No ELO n.º 77/Nov./79 é noticiado o, 1.º Congresso Nacional de Deficientes, promovido pelas duas maiores associações de deficientes, a ADFA e a ADP, que teve lugar em Lisboa em Abril de 1980, vindo o ELO n.º 79/Jan./80 a falar novamente do Congresso e expondo nas suas páginas quais os objectivos do Congresso — pelo direito à vida, à reabilitação e ao trabalho. Este assunto continua no n.º 80/Fev./80. Há, entretanto, uma interrupção na saída do jornal, relativa a três números, aparecendo em Maio um número conjunto referente aos meses de Março, Abril e Maio, com o n.º 81 (não tendo sido dada explicação aceitável e crível para a interrupção da saída do jornal). No n.º 81 são explanadas as conclusões do Congresso. A partir deste Congresso, de que a ADFA se demarcou em Assembleia Geral de 12 de Abril de 1980, pode dizer-se que no ELO surge uma maior atenção sobre a vida associativa, sobre os processos de reabilitação e integração social.

De Maio a Junho de 1980 entra-se num período de preparação de eleições que se realizam em 21/Jun./80, acontecendo uma mudança nos órgãos sociais centrais da ADFA, com a vitória da



COMEMORAÇÃO DO 10.º ANIVERSÁRIO DO «ELO»

Dez anos não se fazem todos os dias nem todos os meses, pois há precisamente dez anos atrás o nosso ELO era lançado pela primeira vez e distribuído à população e deficientes das Forças Armadas, tinham ocupado o palácio e as reivindicações estavam muito aquém da sua concretização, vivia-se então a esperança da satisfação das várias pretensões, muitas das quais já satisfeitas.

Hoje, com 127 tiragens que totalizam cerca de um milhão de exemplares enviados aos sócios e assinantes, o ELO que tem sido efectivamente a grande ligação à massa associativa vai comemorar o seu 10.º aniversário pretendendo fazê-lo de uma forma digna dentro do espírito associativo.

Deste modo, realizam-se no dia 23 de Novembro, na sede da ADFA várias actividades abaixo enunciadas e para as quais contamos com uma grande participação associativa.

Programa

Além das actividades de carácter desportivo a realizar nos dias 17 e 24 de Novembro, cuja notícia desenvolvemos na Página Desportiva, as actividades a levar a cabo na sede da ADFA, no dia 23, são as seguintes:

— Às 16 horas — Encontro com a Comunicação Social com a projecção do Diaporama da ADFA seguida de um pequeno «Porto».

— Às 19.30 horas, no Bar da ADFA, jantar-convívio com projecção do Diaporama da ADFA.

As inscrições para o jantar poderão ser feitas no Bar da Sede ou nas Delegações até ao dia 20 de Novembro, inclusive.

OUTRAS PUBLICAÇÕES SOBRE DEFICIÊNCIA ALÉM DO ELO

MARGEM — REABILITAÇÃO — ASSOCIAÇÃO

O ELO desempenha um papel de destaque entre as publicações periódicas ligadas à deficiência no nosso país, dado o panorama bastante pobre neste campo. Um pequeno apontamento sobre algumas publicações que de perto se lhe seguem, MARGEM, REABILITAÇÃO, ASSOCIAÇÃO, dão-nos uma ideia do mesmo panorama. Das três publicações referidas julgamos que MARGEM, dentro do seu campo próprio, a educação, tem sido a publicação mais bem conseguida.

REABILITAÇÃO

REABILITAÇÃO foi o nome escolhido para a revista do Secretariado Nacional de Reabilitação cujo primeiro número saiu no mês de Março de 1981.

Fazendo uma retrospectiva e se nos debruçarmos um pouco sobre o conteúdo desta revista, descobrimos facilmente que estamos perante um esforço de englobar numa só revista os vários aspectos que terão interesse para o deficiente em particular e para todos nós. No entanto, nota-se no decorrer dos seus números um certo desfasamento dos ideais que talvez tivessem presidido ao início da publicação.

O esforço de conciliar os vários assuntos que possam ter interesse para o deficiente, foi em parte conseguido se levarmos em conta que todos os sumários de reabilitação eram francamente vastos e aparentemente abrangiam todos os pontos de interesse. Incluindo várias secções como a de reportagem, de entrevista, o noticiário nacional e estrangeiro e um calendário com as diversas actividades a nível mundial

como reuniões, conferências e exposições, «Reabilitação» abrange diversos campos.

Em todos os trabalhos apresentados nas edições destacamos as fichas técnicas; indicações de bastante interesse e razoavelmente acessíveis a todos quantos tinham a oportunidade de as consultar: *Como ajudar um deficiente em cadeira de rodas* ou *Como lidar com hemiplégicos* são alguns dos títulos tratados nestas separatas técnicas. Outras fichas ainda, o deficiente pode informar-se e elucidar-se sobre alguns direitos especiais que o assistem e que muitos deles desconhece totalmente, caso do mapa das prestações pecuniárias e outras compensações concedidas a deficiente, mapa publicado no n.º 2, Maio-Junho de 1981, que merece voltar a ser publicado com a respectiva actualização.

Do conteúdo da revista, podemos salientar as reportagens que normalmente aparecem em quase todos os números de *Reabilitação* e que, por vezes, deixam transparecer algum interesse. De entre todas as reportagens apresentadas, damos especial atenção à que saiu nos n.ºs 5 e 6 acerca do Instituto António Feliciano de Castilho, que insere bastantes fotografias e é completada por uma entrevista ao seu director. No número 2 de *Reabilitação* foi publicado um trabalho sobre a Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral que explica pormenorizadamente a actualização desenvolvida por esta associação, assim como uma entrevista dirigida à dr.ª M.ª da Graça Campos Andrade, médica especialista em paralisia cerebral da referida instituição.

Ainda no campo das reportagens e entrevistas, a que foi publicada no n.º 3 de *Reabilitação*, Julho-Agosto de 1981, sobre a ADFA, deixava antever uma interessante viagem ao interior de todas as associações de e para deficientes, trabalho esse que ficou entretanto a meio caminho.

A ausência de um trabalho de jornalismo vivo tem tornado *Reabilitação* bastante pesada, restando só a seu favor sobretudo os trabalhos de índole técnica e a qualidade do seu aspecto gráfico.

A sua publicação irregular e o seu atraso acentuaram-se durante este ano, dado que o último número recebido, o n.º 17, chegou até nós só em Agosto deste ano, apesar de corresponder a Novembro/Dezembro de 1983. Problemas de reestruturação e administrativo-financeiros, assim como a mudança de director, dificilmente conseguem explicar a interrupção tão prolongada da publicação desta revista, órgão do SNR que deve ser um órgão de informação de todos os deficientes e para todos os deficientes e a sociedade.

De qualquer forma, *Reabilitação* tem um papel muito grande a desempenhar no campo da integração social.

MARGEM

MARGEM é um periódico do Centro de Educação Especial de Lisboa publicado bimestralmente.

Na «Margem» n.º 3 de Outubro de 1978 p.14 pode ler-se: *...o conceito de «marginal» coincide tudo aquilo, ou todo aquele que segue ao longo da margem, isto é, que não pertence ao conteúdo do que é limitado pelas margens.* Esta ideia é expressa de forma poética por Brecht conforme se pode ler no Editorial da Margem N.º 0 de Julho de 1977:

Do rio
que tudo arrasta
se diz
que é violento,
mas ninguém diz
violentas
as margens
que o oprimem

Entre outros objectivos procurou-se que «Margem» assumisse um carácter eminentemente técnico e fosse um jornal aberto a todos.

INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS

COMPUTADOR FAZ LEITURA DE JORNAIS PARA CEGOS

Martine Kempf, uma jovem francesa, estudante de astronomia e apaixonada pela informática, registou em seu nome um invento notável: um computador capaz de reconhecer a voz humana a accionar, por exemplo, certos comandos do automóvel, ou de qualquer outra máquina, habitualmente manejados com as mãos ou os pés. Entretanto, na Suécia, um processo inverso permite aos cegos de Goetborg ouvir o jornal local em suas casas, a partir do momento em que a edição escrita sai da máquina, graças a um descodificador de sinais ligado ao computador do jornal, que transforma os impulsos eléctricos em voz sintética.

Em Abril deste ano, com a finalidade de tornar o seu invento conhecido nos Estados Unidos, Martine Kempf enviava ao presidente Reagan, por ocasião do aniversário deste, um comboio eléctrico dotado da particularidade de todos os comandos serem realizados não por interruptores vulgares mas por ordens verbais. Pronunciadas as palavras certas, o brinquedo põe-se em movimento ou pára.

O presidente americano agradeceu o presente e, por carta, exortou a jovem inventora francesa a permitir que os deficientes de todo o mundo beneficiem do seu invento. Com efeito, o «Katalavox», assim foi baptizado esse computador de identificação vocal, presta-se a ser utilizado no comando de automóveis, telefones e máquinas industriais, sem que o utilizador tenha de premir teclas ou pedais.

Até ao momento, um brinquedo que obedece fielmente às ordens de um poderoso octogenário na Casa Branca em Washington é a única aplicação conhecida deste prodígio da técnica, mas a inventora revelava recentemente ter recebido inúmeras consultas de empresas desejosas de utilizar o «Katalavox».

Jornal sonoro

No inverno de 1983, um grupo de cegos de Goetborg, na Suécia, iniciava uma experiência-piloto: transcrever para Braille parte das notícias do jornal local. Esse primeiro passo animou um jornalista do «Goetborgs Posten» a tentar algo de mais eficaz: aproveitando o facto de o jornal estar completamente informatizado, Leif Andersson pensou que tudo seria mais fácil se se conseguisse ligar o computador central do jornal a descodificadores de sinais que transformassem em voz os impulsos eléctricos.

Mercê da conjugação de esforços entre a Universidade Técnica de Estocolmo, as telecomunicações, o Secretariado Nacional da Investigação e a Associação «Bengalas Brancas» da Suécia, o sistema está actualmente em funcionamento, a título experimental. Chama-se «Ove», e pos-

sibilita aos cegos de Goetborg ouvir, em voz sintética, a partir do momento em que o jornal sai da máquina, antes portanto ou em simultâneo com a venda da versão escrita, as 19 rubricas diárias do «Goetborgs Posten».

O descodificador utilizado pelo cego em sua casa permite graduar a velocidade de leitura, repetir, parar, voltar atrás, ou mudar da política para os anúncios e vice-versa.

Quanto à qualidade da voz artificial, é suficiente para poder ser facilmente entendida: a máquina fala sueco como quem o tivesse aprendido na Lapónia, dizem os pioneiros deste projecto, que acrescentam ser fácil a sua adaptação para a quase totalidade das línguas europeias.

Bom seria podermos dispor de um sistema assim ainda que falasse português como quem o tivesse aprendido na Patagónia.

Os caminhos da técnica

Embora de todos conhecidos as limitações existentes entre nós, que não permitem pensar em vir a dispor destas inovações em Portugal antes de se terem tornado de uso inovadoras em Portugal antes de se terem tornado de uso diário em países tecnologicamente mais desenvolvidos, é consolador pensar que a técnica que desumaniza o homem e o torna menos tolerante e mais propenso ao cometimento de segregações as mais variadas, pode também ajudar e aproximar os homens, assim haja vontade política para a utilizar no bom sentido.

A finalizar, mais uma notícia: no Canadá uma empresa construtora de autocarros lançou no mercado um modelo com um sistema especial de suspensão destinado a facilitar a entrada de deficientes em cadeira de rodas. Uma almofada de ar entre o chassis e os eixos, pela simples pressão de um botão accionado pelo motorista, permite que toda a carroçaria desça, deixando as portas ao nível do passeio. Só o preço é escandaloso: o correspondente a 2 milhões de contos.

OS SÓCIOS INTERESSADOS EM ADQUIRIR UMA VIATURA DA GAMA FORD PODEM FAZÊ-LO ATRAVÉS DO SÓCIO

ANTÓNIO BERNARDES

COMMISSIONISTAS DA REFERIDA MARCA

CONTACTE TELEF. 243 1951 (Residência) depois das 19 h. — TELEF. 362 167 — ADFA

ADFA

Lista C que obteve 55,5% dos votos. Também este acontecimento é significativo, a partir daqui há uma demarcação da ADFA em relação à APD no que diz respeito às orientações das formas reivindicativas e do trabalho a fazer em prol do deficiente.

O «Elo» n.º 82/Jun.-Jul./80 aparece com um novo director, J. Eduardo L. Cascada, substituindo J. Matias de Vasconcelos. No n.º 83/Ago.-Set./80 é anunciado o Ano Internacional do Deficiente em 1981, deliberado pela ONU. Em Dezembro de 1980 o «Elo» n.º 86 anuncia que a ADFA deu uma conferência de Imprensa onde divulgou a realização do 2.º Congresso da ADFA e o plano de actividades para o Ano Internacional do Deficiente.

Outro assunto que marcou a vida da ADFA foi a extinção da CMRA, o que vem reflectido nas páginas do Elo n.º 87/Jan./81, onde é repudiada a decisão governamental com críticas severas a tal acto: «...Um Governo que acaba com o CMRA no período em que se inicia o Ano Internacional do Deficiente não pode ser democrático...»

No n.º 89/Mar./81 é anunciada a realização de uma manifestação no dia 15 de Maio, data coincidente com o início do primeiro dia do 2.º Congresso Nacional da ADFA. A manifestação visava exigir do Governo a satisfação do plano de actividades ao Ano Internacional do Deficiente que não estava a ser cumprido pelo Governo. Neste número são também apresentadas as teses a discutir no 2.º Congresso Nacional da ADFA.

No n.º 92/Junho/81 são anunciadas as eleições para os órgãos sociais centrais, realizadas no dia 18/Junho/81, dando o n.º 93/Junho/81 os resultados das eleições mais participadas de sempre, o que prova que a vida da ADFA estava numa fase de vida associativa ascendente, os seus associados participam massivamente na discussão e resolução dos problemas.

A lista A (ver n.º 93) vence as eleições, sendo constituída quase na totalidade pelos mesmos elementos que faziam parte dos anteriores órgãos centrais, o que demonstra que os associados tinham confiança e estavam satisfeitos com o trabalho por eles realizado. Fica assim garantida a independência da ADFA em relação a tutelas estranhas.

O ELO continua dentro da mesma linha de acção, dedicando as suas páginas à luta e reivindicação da ADFA pela satisfação do Plano de Actividades Comemorativas do Ano Internacional do Deficiente que tinha sido elaborado pelo Governo, não estando a ser cumprido pelo mesmo. Este assunto continuou a ser tratado noutros números posteriores.

O n.º 100/Março/Abril/82, um número especial com 20 páginas, dedicado ao 8.º

aniversário da ADFA e do 25 de Abril, contou com a participação de diversos colaboradores e apresentou o balanço da AID.

No n.º 100 inicia-se um certo debate sobre o associativismo, com o artigo ASSOCIATIVISMO DE DEFICIENTES, UM DEBATE PÚBLICO NECESSÁRIO, o qual se vai continuar com uma demarcação cada vez maior da ADFA em relação à APD e à UCNOD, que passa pelo artigo CCNOD tenta dividir a ADFA, no n.º 103, Julho/82, e que culmina no n.º 114/Outubro/83, REALIZAÇÃO DO 2.º CONGRESSO NACIONAL DE DEFICIENTES ACENTUA A DIVISÃO DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO.

No n.º 103/Julho/82, a ADFA dá passo importante para a sua afirmação a nível internacional ao formular o pedido de admissão na Federação Mundial dos Antigos Combatentes (FMAC). O pedido de admissão na FMAC é apreciado por esta organização em 23 de Outubro de 1982 em Nice na reunião do Conselho Geral, sendo deliberada a aceitação da ADFA como membro de pleno direito da FMAC. A participação da ADFA na FMAC tornou-se em breve uma realidade, merecendo especial destaque a 1.ª visita do Secretário-Geral da FMAC a Portugal, referida no n.º 113/Agosto/Setembro/83, e vindo a ser noticiada noutros números a deslocação de representantes da ADFA a reuniões e ao Conselho Geral da mesma organização. Este processo veio a culminar com a marcação da reunião da Comissão da FMAC para os Assuntos Europeus, a realizar em Portugal em Fevereiro de 1985, decisão e reunião já desta-

(Continua na pág. 10)

COMEMORAÇÃO DO 10.º

Dez anos não se fazem todos os dias nem to-
nosso ELO era lançado pela primeira vez e distribuído.
tinham ocupado o palácio e as reivindicações e
então a esperança da satisfação das várias pretensões.

Hoje, com 127 tiragens que totalizam cerca de 127 assinantes, o ELO que tem sido efectivamente a grande voz do seu 10.º aniversário pretendendo fazê-lo de uma forma especial.

Deste modo, realizam-se no dia 23 de Novembro actividades enunciativas e para as quais contamos com uma grande participação.

Pro

Além das actividades de carácter desportivo, nesta notícia desenvolvemos na Página Desportiva, as actividades de 23, são as seguintes:

— Às 16 horas — Encontro com a Comunicação seguida de um pequeno «Porto».

— Às 19.30 horas, no Bar da ADFA, jantar-convívio.

As inscrições para o jantar poderão ser feitas até ao dia 15 de Novembro, inclusive.

OUTRAS PUBLICAÇÕES SOBRE

MARGEM — REABILITAÇÃO

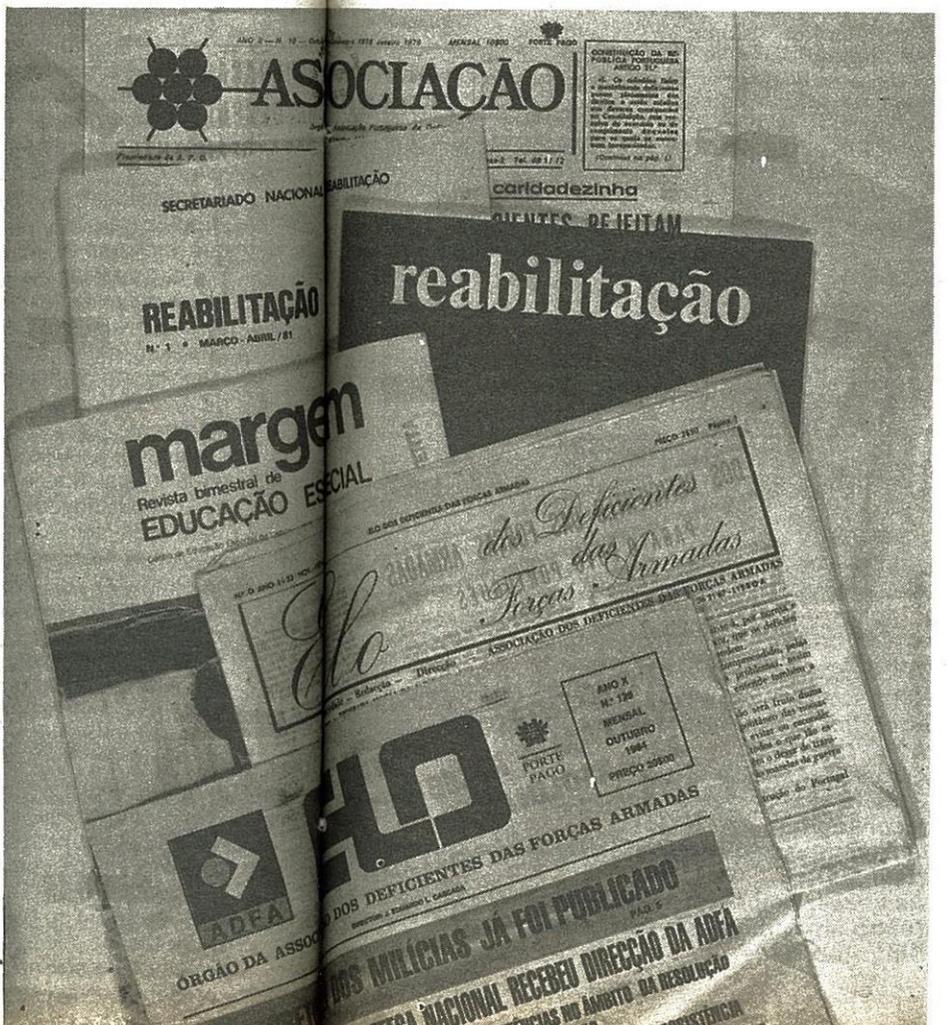
O ELO desempenha um papel de destaque entre as publicações periódicas ligadas à deficiência no nosso país, dado o panorama bastante pobre neste campo. Um pequeno apontamento sobre algumas publicações que de perto se lhe seguem, MARGEM, REABILITAÇÃO, ASSOCIAÇÃO, dão-nos uma ideia do mesmo panorama. Das três publicações referidas julgamos que MARGEM, dentro do seu campo próprio, a educação, tem sido a publicação mais bem conseguida.

REABILITAÇÃO

REABILITAÇÃO foi o nome escolhido para a revista do Secretariado Nacional de Reabilitação cujo primeiro número saiu no mês de Março de 1981.

Fazendo uma retrospectiva e se nos debruçarmos um pouco sobre o conteúdo desta revista, descobrimos facilmente que estamos perante um esforço de englobar numa revista os vários aspectos que terão interesse para o deficiente em particular e para todos nós. No entanto, nota-se no decorrer dos seus números um certo desfasamento das ideias que talvez tivessem presidido ao início da publicação.

O esforço de conciliar os vários assuntos que possam ter interesse para o deficiente, foi em parte conseguido searmos em conta que todos os sumários de reabilitação eram francamente vastos e aparentemente abrangiam todos os pontos de interesse. Incluindo várias secções como a de reportagem, de entrevista, o noticiário nacional e estrangeiro e um calendário com as diversas actividades a nível mundial.



O ELO TEM SIDO O REFLEXO DOS PRINCIPAIS PASSOS DA ADFA

(Continuação das centrais)

cadados pelos n.ºs 119/Março/84 e 124/Agosto/Setembro/84.

O ELO n.º 104/Agosto/Setembro/83 evidencia o empenhamento da ADFA em acompanhar a legislação saída e a sua luta por legislação justa, tomando-se posição contra a publicação do decreto-lei (355/82) que alterou a orgânica do SNR, DEFICIENTES AFASTADOS DOS CENTROS DE DECISÃO, e sendo publicado um artigo dedicado aos projectos sobre quota de emprego. Na mesma linha seguiram os n.ºs 105/Outubro noticiando a aprovação das ADM^s pelo Conselho da Revolução, vindo a sua publicação em Diário da República a ser objecto de atenção do n.º 107/Dezembro/82. A mesma batalha pela legislação se mantém, noticiando-se no Elo n.º 124 reconhecidos aos milícias direitos dos DFA^s. Associação 25 de Abril já em funcionamento é um título do n.º 106/Novembro/82 que demonstra a atenção da ADFA pelas actividades da mesma associação, atenção que se estenderá à sua 1.ª Assembleia Geral (n.º 109/Fevereiro/83) e às actividades comemorativas do 10.º aniversário do 25 de Abril, promovidas pela A25A.

O XV Congresso Mundial da REHABILITATION INTERNATIONAL mereceu uma atenção especial da ADFA, iniciada com o n.º 107/Dezembro/82 que anuncia o mesmo, continuada pelo n.º 119/Março-84 em que é manifesta a posição crítica da ADFA em relação ao mesmo, apesar de vir a estar presente. Em 1.ª página o n.º 123/Julho/84 refere que o XV Congresso termina sem conclusões explícitas, vindo entretanto o mesmo congresso a constituir fonte para artigos nos números seguintes.

A vida associativa e a realidade da ADFA tem tido uma presença constante dos Elos a partir do n.º 108/Janeiro/83, ADFA TEM NOVOS ESTATUTOS. No n.º 111/Maio/83, são anunciadas eleições na ADFA para todos os órgãos sociais no dia 18 de Junho de 1983. Nestas eleições aparecem 2 listas para os órgãos centrais, a lista A apresentada pelos órgãos sociais centrais cessantes e a lista B apresentada por um grupo de sócios, sendo a lista A eleita, o que permite continuar a mesma linha de acção da ADFA.

O n.º 115/Novembro/83, é dedicado ao 9.º Aniversário do Elo e à visita do Secretário

Nacional de Reabilitação às instalações da ADFA. O n.º 116/Dezembro/83 anuncia uma Assembleia Geral Nacional para dia 14 de Janeiro de 1984, tendo como ordem de trabalhos a abertura das Comemorações do 10.º Aniversário da ADFA e a definição das reivindicações da Associação durante o ano de 1984.

O n.º 118/Fevereiro/84 volta a falar da Assembleia Geral Nacional, anunciando que a ordem de trabalhos da assembleia de 14 de Janeiro será continuada em 18 de Fevereiro.

As comemorações do 10.º aniversário do 25 de Abril e da ADFA vão marcar os números 119/Março/84, 120/Abril/84, 121/Maio/84, 122/Junho/84, dos quais os dois primeiros tiveram 16 páginas. As comemorações do 10.º aniversário foram encaradas como motor para relançar a vida associativa e marcas as reivindicações para 1984.

O último número da análise (o n.º 125/Outubro/84) é marcante na medida em que explana a satisfação de algumas reivindicações da ADFA, tais como: a publicação do decreto-lei dos Milícias, a garantia da recriação da CMRA e o assumir das responsabilidades por parte

do Ministério da Defesa Nacional na resolução dos problemas dos DFA^s, além disto é anunciada a reunião do Conselho Geral da FMAC em Atenas nos dias 16 e 17 de Outubro onde esteve presente um representante da ADFA. Neste número há também uma alusão à semana do desarmamento.

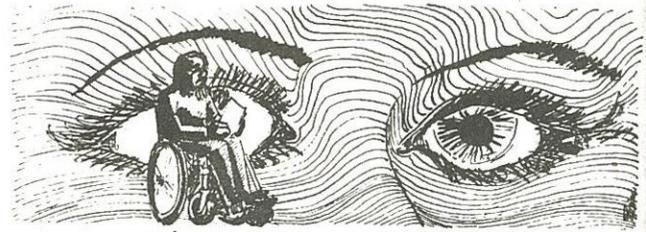
A análise dos principais «passos» da ADFA reflectidos neste jornal foi realizada através de um processo de amostragem dos números mais marcantes da vida da Associação. Não se pretendeu dar um carácter específico e pormenorizado, pelo contrário, tentou-se dar uma panorâmica geral dos momentos mais significativos que esta Associação viveu.

DOMINGOS BOIEIRO

NOTA: No âmbito da análise temática dos 125 números do Jornal ELO, será publicado no próximo número a segunda parte do presente artigo que inclui os seguintes temas:

- O 25 DE ABRIL
- CONDENAÇÃO AO TOTALITARISMO
- DESPORTO
- CULTURA
- EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA DEFICIENTES
- O DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS E ESTRUTURAS DA ADFA
- RELAÇÕES INTERNACIONAIS

NOS OLHOS DOS OUTROS



- 1 — Quando se depara com um deficiente a pedir, costuma dar-lhe esmola?
- 2 — O deficiente é uma pessoa diferente?
- 3 — Acha que a situação da deficiência diz respeito só aos indivíduos deficientes?
- 4 — Em sua opinião é ou não difícil aos deficientes arranjar emprego?
- 5 — Costuma interessar-se pelas notícias, programas ou artigos sobre os deficientes?
- 6 — Já alguma vez pensou que podia ficar deficiente?
- 7 — Conhece ou tem entre os seus familiares ou amigos alguma pessoa deficiente?
- 8 — Quando se depara com um cego para atravessar a rua costuma ser indiferente, indica-lhe a melhor forma de o fazer, aguarda que ele peça ajuda ou dirige-se a ele dá-lhe o braço e atravessa-o?



Ana Maria Veloso — 29 anos.
Estudante — freq. 7.º ano.

- 1 — Conforme, umas vezes dou, outras troco umas impressões. Costumo falar com ele porque acho que merece mais atenção que certas outras pessoas.
- 2 — Não, é apenas diferente na parte motora.
- 3 — Não, acho que diz respeito a toda a gente.
- 4 — Sim, é bastante difícil, talvez mais que às outras pessoas, por vezes também têm mais atenção e ajuda, mas eu acho que eles merecem.
- 5 — Sim, gosto sempre de ouvir. Sou mulher e não sei se um dia não poderei vir a ter um filho nessas condições.
- 6 — Já, várias vezes, porque da maneira como a vida hoje se processa, tão apressadamente, por vezes acontece um acidente e a pessoa fica deficiente sem esperar.
- 7 — Não.
- 8 — Dirijo-me a ele, e dou-lhe o braço.



Simão Chorincas — 32 anos.
Escriturário — curso complementar.

- 1 — Nem sempre, às vezes também sinto dificuldades económicas que não me permitem dar.
- 2 — Acho que não.
- 3 — Não, diz respeito a todos nós.
- 4 — É muito difícil, porque as pessoas mais válidas não conseguem.
- 5 — Costumo, gosto mesmo de ler sobre a questão do deficiente.
- 6 — Às vezes, pelos riscos da vida.
- 7 — Tenho um amigo que trabalha na ADFA.
- 8 — Dirijo-me a ele...

(Continua na pág. 12)

MARGEM — REABILITAÇÃO — ASSOCIAÇÃO

(Continuação das centrais)

Os que pretendessem colaborar, tendo como pano de fundo a Educação Especial in «Margem» N.º 5/6 de 1978 p.3.

Conteúdo

A revista «Margem» é publicada desde 1977, tem grande qualidade tratando os assuntos de uma forma séria e rigorosa constituindo por isso um dos mais importantes documentos a que todos os que de alguma forma trabalham na área de Educação especial de deficientes têm de recorrer. Trata a problemática da educação especial sobretudo nas áreas de deficiência visual, auditiva e intelectual. Especial ênfase é dado à deficiência visual que ocupa 15% do total do espaço da revista seguindo-se a deficiência intelectual com 11% e a auditiva com 4%. A educação especial existente nos mais variados países do mundo é regularmente analisada numa média de duas páginas por número. Outros problemas tratados são a «marginalidade e delinquência juvenil» a «prevenção à deficiência» e a reabilitação. Em todos os números é indicada bibliografia útil e legislação que de algum modo se relacione com a educação especial.

Algumas falhas

Não podemos deixar de apontar duas falhas que nos parecem de certa gravidade. Em primeiro lugar o desporto para deficientes é praticamente ignorado das páginas da revista ocupando apenas 0,1% do seu espaço o que não se compreende uma vez que sendo o desporto algo de fundamental na educação em geral com muito mais razão o será no caso deficientes (mens sana in corpore sano). Uma segunda falha a apontar é o facto de a «Margem» não ter referido uma única linha sobre a educação de deficientes que se pratica na ADFA, educação essa que vai desde a alfabetização até ao ensino secundário e que tem funcionado regular e oficialmente desde há alguns anos.

Atrasos de publicação

Durante o ano de 1984 esta publicação sofreu atrasos na publicação que se deve ao facto de os seus redutores nem sempre terem a disponibilidade necessária uma vez que a revista é considerada um complemento do trabalho que os técnicos vão realizando assim, mesmo prejudicando a regularidade da saída, procura manter-se a sua qualidade.

Perspectivas futuras

Em entrevista concedida por Rui Cuerra, membro do Conselho de Redacção, foi-nos afirmado que se têm estado a envidar esforços para que se retrate o mais possível experiências portuguesas no campo da educação especial. Tem-se tentado também que a revista seja mais participada por entidades e organismos que se inserem no actual sistema de educação especial.

Do último número da revista 35/36 aconselhamos uma leitura atenta de «Exame das Políticas Nacionais de Educação pelo O. C. D. E. — Relatório Nacional de Portugal» p.9 e

«4.º Congresso Internacional da Associação Europeia de Educação Especial» p.25.

ASSOCIAÇÃO

Associação é o órgão oficial da Associação Portuguesa de Deficientes, tendo o seu primeiro número sido publicado em Dezembro de 1977. Foi um jornal considerado mensal até ao n.º 35, mas publicou até hoje 37 números. Formato tabloide, apresenta na maioria das suas edições um conjunto de 4 páginas, apesar dos assuntos tratados serem às vezes desenvolvidos em apenas duas páginas.

Parece-nos ser uma das intenções do Associação, dar ao deficiente a possibilidade de actualização, já que transcorre com vários dos seres números Legislações nomeadamente o Projecto de Lei sobre o Ensino Especial apresentado na Assembleia da República pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, logo seguido pelo projecto do P.S. sobre o mesmo tema.

A publicação da A.P.D. apresenta de quando em vez alguns artigos de fundo, que merecem destaque pelo seu interesse sempre actual, e aqui apontamos o artigo da professora de Educação Física, Regina Mirandela da Costa, com o título: *Desporto para Deficientes: Que Futuro?*, e do arquitecto Palma de Melo, um artigo sobre Barreiras Arquitectónicas.

A vigilância e atenção que a Associação quer mostrar no que respeita ao deficiente é bem patente no trabalho que denuncia factos ocorridos na instituição Adolfo Coelho pedindo esclarecimento e punição para os culpados.

O Primeiro Congresso Nacional de Deficientes, realizado em Lisboa no 1.º Trimestre de 1980, mereceu na parte da Associação uma imensa cobertura e extenso espaço ocupado em muitas das suas páginas.

Desde o início do Congresso, até seu final, o órgão da A.P.D. inclui todas as reportagens e notícias a respeito exaltando sempre a importância deste acontecimento, incluindo a publicação dos relatórios e conclusões, o mesmo se tem vindo a passar com o 2.º Congresso.

A A.P.D. é também um órgão reivindicativo e no seu jornal, retrata muitas vezes as suas tomadas de posição política. As concentrações de deficientes junto à Assembleia da República, as sensibilizações à Câmara de Cascais no que respeita às barreiras arquitectónicas, a intervenção em áreas como a Educação Especial, a posição contra o aumento de gasolina para deficientes, são algumas das diversas áreas da A.P.D. sobre as quais o jornal debruçou a sua actividade.

As entrevistas ocupam o seu canto no Associação e de entre todas salientamos a que foi feita ao 1.º Secretário Nacional de Reabilitação.

Embora seja um órgão da A.P.D. nem sempre a informação sobre a sua vida associativa se tem mostrado completa e imparcial.

As irregularidades e o atraso da sua publicação, correspondendo uma grande parte dos números a dois meses, aliadas a dificuldades em meios humanos e financeiros, acabaram por levar à sua publicação trimestral, conforme anunciado no n.º 35, referente a Out/Nov/Dez 83.

CULTURA

JORGE LUÍS BORGES, ESCRITOR ARGENTINO:

PORTUGAL ESTÁ NO MEU SANGUE
E NA MINHA MEMÓRIA

DEFICIENTES CÉLEBRES — 2

30 ANOS DE ESCURIDÃO — A CEGUEIRA

J. L. BORGES, escritor argentino, um pouco de todo o mundo, nasceu em Buenos Aires a 14 de Agosto de 1899, conta presentemente 85 anos, filho de Pedro Borges e de Leonor Azevedo. Em 1955 fica cego, contudo não parou a sua actividade literária. Adaptou-se a essa situação e continuou a dar largas à sua genialidade, enriquecendo culturalmente um pouco mais este mundo abstracto. Acredita ser de ascendência de portugueses, os BORGES DE MONCORVO, a quem dedicou um poema intitulado «OS BORGES», Vaga gente/que prosigue en mi carne, oscuramente/sus hábitos, rigores y temores

A vinda a Portugal

J. L. Borges, cidadão do mundo, considerado um dos «monstros sagrados» da literatura, esteve em Lisboa por dois dias, de 22 a 24 de Outubro, a convite do ministro da Cultura. Como figura proeminente da cultura universal, não poderíamos deixar passar tal acontecimento sem dedicar umas palavras breves a este homem que ficou cego há 30 anos, tudo fazendo para se adaptar de forma a continuar o seu trabalho: registar no papel a sua genialidade literária.

Foi distinguido e homenageado entre nós com o Grande Colar da Ordem de Santiago da Espada e com o título de doutor «honoris causa» da mais antiga Universidade portuguesa, a de Coimbra. No entanto, a atribuição das insígnias pela Universidade de Coimbra, será feita em data a combinar, provavelmente em Dezembro deste ano. Mas desta vez não se vai limitar a visitar-nos, vem ao encontro das suas raízes portuguesas, que acredita estarem em Moncorvo. Esta terra concedeu-lhe já o título de cidadão honorário.

J. L. Borges já tinha estado entre nós em 1910 e em 1980, mas, desta vez, como ele próprio afirmou, *foi diferente, senti-me mais perto de Portugal*.

À sua chegada, no dia 22 de Outubro, Borges, vindo de Marrocos, onde participou num encontro de poetas, aparentava um ar cansado, procurou esquivar-se às interpelações dos jornalistas que o aguardavam no aeroporto. Mas, por fim, sujeitou-se às formalidades da chegada.

Ào fim da tarde do dia 22 teve um encontro com os estudantes na Faculdade de Letras, onde o aguardava uma imensa multidão. Ao entrar no anfiteatro 1 da F. L. L. explodem os aplausos. Borges olha para todo o lado como se estivesse encadeado pelos projectores, que não via. A sua passagem pela Faculdade de Letras deixou memória. Falou-se de tudo um pouco. Borges respondeu a algumas perguntas postas, fazendo surgir as linhas poéticas, de ficção, enfim, os valores de um homem em permanente ensaio. Entre perguntas e respostas, o itinerário borgesiano foi-se revelando. Ao ir embora, amparado na sua cegueira, vislumbrou-se-lhe no rosto e nos olhos transparentes, cegos para o mundo que o cercava, um ar feliz.

No dia 23 às 11 horas deu uma conferência de Imprensa, às 17 horas prestou-se às formalidades oficiais indo a S. Bento cumprimentar o Primeiro-Ministro.

No dia 21 despediu-se de nós rumo ao Cairo, levando um pouco de Portugal na bagagem, inclusive alguns discos de Amália e Carlos Paredes e também a obra de Fernando Pessoa, que não conhecia.

Viver é proclamar a injustiça da morte

A cegueira possui-o nos anos 50, mais propriamente em 1955, contrariamente ao que era de esperar, produz-se um ressurgimento da sua actividade poética. Deixa de criar contos por causa da cegueira, pois se não via o que escrevia, não podia imaginar uma história extensa. Por isso voltou-se para a criação de histórias muito breves e poemas com medidas e rimas muito marcadas, de forma a melhor memorizá-los para os repensar e corrigir.

Se a sua actividade literária até à altura da cegueira já era intensa, continuou a sê-lo depois, como o demonstra o enorme conjunto de obras que criou a partir daí; cerca de oito obras e outras tantas em colaboração com outros escritores.

Para vir a Portugal teve que contrariar os conselhos do médico que lhe aconselhava um período de descanso, mas Borges veio mesmo assim e comportou-se como um mestre difícil de esquecer.

Apesar de cego, Borges diz que *viver cego aos 85 anos é ainda viver, viver é proclamar a injustiça da morte*.

Na Faculdade de Letras de Lisboa os olhos de Borges buscavam na escrita as respostas para as perguntas que lhe faziam. A luz dos projectores sobre o rosto, oferecia à assistência uma cegueira mítica, lendária, quase histórica.

Em suma, apesar dos 85 anos de Borges, da cegueira que o atinge há 30 anos, mantém uma vivacidade intelectual impressionante. Desde que é cego, o prazer de Borges é

sonhar, imaginar o que não pode ver, para transportar para o papel o sonhado e o imaginado.

A fama de Borges, tal como a cegueira, foram-lhe chegando gradualmente como num entardecer de Verão.

Possibilidades de ascendência portuguesa

A vinda a Portugal de J. L. Borges é como um retorno às origens, uma vez que acredita que Moncorvo é a terra do seu bisavô paterno, um marinheiro emigrado no tempo. Desde o momento em que achou crível ascender de portugueses, não se tem esquecido de afirmar essa ascendência. É num poema sobre tais origens que ele fala dos Borges:

*Nada o muy poco sé de mis mayores
Portugueses, los Borges: Vaga gente
Que prosigue en mi carne, oscuramente,
Sus hábitos, rigores y temores.*

Devido a esta credibilidade, embora obscura, J. L. Borges foi honrado com a entrega do diploma de cidadão honorário da Torre de Moncorvo, homenagem da terra de seus avós.

A árvore genealógica de Borges não está suficientemente clara para se afirmar que nas veias de Borges corre sangue português, mas é incontestável que Borges se sentiu em casa, como ele próprio o disse: *senti-me facilmente em Portugal, terra dos meus avós*.

As viagens de Borges

Borges é contra os nacionalismos, rejeita o rótulo de latino-americano, reivindicando influências infinitas e descendências de diversos povos, por isso escolheu uma forma de se tornar universal: correr países. Anda sempre à pressa, passa por Lisboa, vai para o Cairo, voa para Genebra, regressa a Buenos Aires, volta a partir. O itinerário das suas viagens é impossível de descrever, porque é uma ave em contínua migração, dá a impressão de fugir ou de procurar algo nessas viagens. Talvez fugir ao peso de 30 anos de escuridão provocada pela cegueira.

Borges é o escritor viandante que se desloca a convite das instituições, dos governos, que reclamam a sua presença. Tornou-se uma «moda cultural» ter pelo menos uma vez Borges em «casa». É assim que Borges vai conhecendo o mundo, transpondo baías, oceanos, fronteiras, rasgando em voo o espaço que o separa da chegada. Sempre a chegar a algures e a partir!

No entanto há uma viagem que lhe falta fazer, à Suécia, para receber o Prémio Nobel da Literatura que a academia sueca lhe vem negando há bastante tempo! Borges não o disse directamente, mas apanha-se no ar uma certa incomformidade por não ter recebido o Nobel, a ele que já recebeu um invulnerável manancial de prémios, continua-lhe a ser negado o prémio da mais alta consagração de um escritor: o Nobel!

As mulheres na vida de Borges

Borges que procurou ler Freud várias vezes e nunca o conseguiu por o julgar trivial e desagradável, é contudo marcado toda a vida pela presença do feminino, representado pelas mulheres que preencheram a sua existência.

O primeiro amor de Borges, foi uma actriz, Ava Gardner. Costumava ver os filmes dela duas vezes por dia. Uma verdadeira prova de amor. Mas a sua grande paixão foi a mãe a quem esteve praticamente sempre ligado. Sua mãe representava o modelo de mulher que sempre idealizou: inteligente, terna, bela!

Em 1967 casa com uma amiga de infância, Elsa Astete Millán, vindo a separar-se de Elsa em 1970 para voltar para junto da mãe.

Em 1975 morre a mãe que até aí tinha secretariado as suas obras. Com ela morreu uma parte de Borges. Depois da morte da mãe, Borges passou a ser acompanhado por Maria Kodawa, poetisa de origem japonesa, que serve de secretária e substituta dos olhos de Borges nos caminhos do mundo.

Oposição ao peronismo

A Borges nunca se conheceram crenças, religião, modas ou uma posição política comprometida. Foi sempre Borges! No entanto em 1945, quando Péron chega ao Poder, a mãe e a irmã são presos por serem antiperonistas. Também Borges é atacado pelo peronismo, é demitido das suas funções de bibliotecário e nomeado inspector de aves e coelhos nos mercados. Foi humilhado. Em 1955 com a queda de Péron, Borges é investido no cargo de director da Biblioteca Nacional. Em 1974 instaurado um regime neoperonista, que vem a cair em 1976, Borges começa por aplaudir a intervenção dos militares vindo mais tarde a criticá-los duramente. Em 1980 subscreve um protesto contra a Junta Militar Argentina, considerando os militares um bando de corvos com o Poder nas mãos. Condena os desaparecimentos e as prisões clandestinas, classificando-as de horrendas, terroristas, dizendo que as ditaduras fomentam a opressão, o servilismo, a crueldade e o mais grave, a idiotice.

Como prova da sua oposição ao peronismo estão as declarações de Borges em relação à vitória eleitoral de Raul Alfonsín *tentarei não ser indigno dessa primeira estupefacção, dessa primeira felicidade!*

O modelo Borgesiano

A fama internacional de Borges é conquistada pelos seus estranhos e lúcidos relatos. Desde sempre se tem mostrado como um poeta denso, reflexivo e de peculiar sensibilidade por temas de definição ilógica, como: o infinito, a morte, o amor, a verdade...

Borges continua a reler os clássicos, mostrando uma certa apatia pelos contemporâneos; portugueses, apenas conhece Eça e Camões, desconhecendo por completo Fernando Pessoa, escritor com quem Borges tem pontos nevrálgicos de alguma similitude no plano metafísico da análise de inúmeros temas irrealis.

Esta visão borgesiana vem da sua formação filosófica e ética. Todos os seus escritos transportam esse cunho filosófico e ético. É algo de que Borges não se livra. A problemática metafísica é uma constante em Borges. Por outro lado Borges recorre inúmeras vezes, ao jogo de palavras, à metáfora para explanar as suas ideias sonhadas e imaginadas, principalmente durante estes trinta anos em que tem carregado com a solidão da cegueira, onde só o sonho e o imaginário lhe permitem viver.

Borges considera que nunca saberemos o sentido deste mundo. O mundo está cheio de surpresas, em constante mutação. Por maior capacidade exploratória que o homem tenha, não é suficiente para lhe permitir entender, compreender e mudar o mundo na globalidade!

É de anotar de que apesar de mundialmente famoso, Jorge Luís Borges tem pouco mais de meia dúzia de obras traduzidas em português. Entre elas contam-se: «O Fazedor», «A Nova Antologia Pessoal», «O Relatório de Brodi», «A Lepra», «O Livro na Areia» e a «História Universal da Infância».

Em conversa com

JUAN CARLOS VAZQUEZ

adido cultural da Embaixada da Argentina

Numa conversa tida com Juan Carlos Vazquez tive a oportunidade de aprender um pouco mais sobre Borges.

— O que pensa de J. L. Borges, da sua obra, da sua maneira de estar no Mundo?

— J. L. B. *em princípio é o maior poeta argentino e também um poeta universal. A sua obra é uma pesquisa constante em procura de uma resposta ao interrogante metafísico, nomeadamente, o que é o Mundo, quem ordena este Mundo, se Deus existe, ou se este Mundo é um caos deixado ao acaso ou um brinquedo de Deus. Dentro de uma linha existencialista procura saber qual o sentido deste Mundo, embora o considere um labirinto. O que Borges considera importante é a exploração deste labirinto, embora nunca chegue a conclusões definitivas. A obra de J. L. B. justifica-se por si mesma.*

— O que pensa de Borges politicamente?

— *Borges classifica-se como um poeta que pertence ao século XVIII/XIX, justificando assim o seu afastamento da política do século XX. Rejeita o conhecimento da vida política moderna.*

— E a sua oposição ao peronismo?

— *Politicamente a sua oposição ao peronismo têm um matiz antifascista de condenação à perseguição movida a alguns intelectuais. O ataque de Borges ao Peronismo foi entendido pelo povo como antipopular. O povo, o operariado, classifica Borges como conservador, senão reaccionário. Borges assumiu compromissos perante a tortura e outras violações dos direitos humanos, levados a cabo pelo último regime militar de 1976/83.*

— E qual a opinião da juventude argentina sobre Borges?

— *Borges é uma figura paradoxal pela sua fama universal. A juventude argentina não conhece Borges, mas vai descobri-lo em termos literários com o tempo. O próprio isolamento de Borges na política leva a que seja pouco conhecido na sua própria terra.*

— E o gosto classicista de Borges?

— *Borges acha muito mais importante reler os clássicos, para não perder a palavra, do que ler os escritores do século XX. Desconhece inclusivamente o próprio Fernando Pessoa, mas leva agora na bagagem uma obra completa.*

— Acha que o povo argentino irá finalmente descobrir Borges?

— *A palavra povo na argentina sublinha-se em relação a certos sectores sociais (operários, camponeses). Há sem dúvida um Borges do futuro para o povo argentino. Há a certeza de que Borges chegará a ser apreciado pelo povo argentino (operários, camponeses). O peronismo foi um período de aceitação popular, daí a oposição de Borges não ser bem aceite, sendo classificada de antipopular.*

Muitas mais perguntas poderiam ter sido feitas e outras tantas respostas dadas, pois Juan Carlos Vazquez revelou um conhecimento profundo do fenómeno borgesiano e da sua visão e projecção no Mundo.

DOMINGOS BOIEIRO

OFICINA DE TIPOGRAFIA DA ADF

EXECUTA TODOS OS TRABALHOS DE IMPRESSÃO, COMPOSIÇÃO
E ENCADERNAÇÃOR. Artilharia Um, UMP-Anexo
Tel.: 65 35 93 — 1000 LISBOA

LARES MILITARES

UMA REFLEXÃO QUE SE VAI CHEGANDO

Com a guerra colonial nasceu o Lar Militar da Cruz Vermelha, que cedo transbordou dos desenraizados da família. Guerras anteriores provocaram o Lar de Veteranos Militares de Runa, nomeadamente a Primeira Grande Guerra.

Há 10 anos, quando a ADFA desferia o chicote do despertar nas mentes adormecidas e nos espíritos conformados, o tema dos lares para deficientes militares teve a sua oportunidade. À primeira vista, a ADFA aparecia sob o signo do anti-lares. E isto com mágoa e alguns sustos de muitos residentes do Lar Militar da Cruz Vermelha, amolecidos naquele cantinho dum mundo que literalmente os rejeitava. Porque os residentes, ao se agarrarem àquele pequeno bem restante, pareciam aceitar essa rejeição, a Associação, na mais dolorosa de todas as chicotadas, chamou ao lar «cemitério de vivos». Fê-lo em boa hora, porque, passados os primeiros e naturais melindres, a reacção surgiu e as camas do lar começaram a vagar, com os seus *reocupante*-sa empreenderem a aventura de reconquistarem o lugar na sociedade que tinham deixado quando partiram para o serviço militar.

Dizíamos que à primeira vista a ADFA nasceu no signo do anti-lares. Mas só à primeira vista, porque logo no início se reconheceu a imprescindibilidade dos lares para indivíduos com deficiências que exijam um cuidado médico e de enfermagem permanentes ou um auxílio de terceiros que a família, só por si, não possa garantir. Concebia-se, contudo, um tipo bem diferente de lar. Não um edifício isolado, onde estão acomodados e depositados os deficientes, mas antes um estrutura inserida num bairro populacional, integrando e articulando diversos apartamentos, onde os deficientes, sós ou com as suas famílias, residem, integrados assim num habitat normal, ao lado de outras famílias, dispondo então de um serviço de apoio, médico, de enfermagem e outros serviços permanentes, à disposição, em ligação com as residências.

Isto apenas no domínio das concepções, porque na prática nada se fez, nem a ADFA, na verdade, o reivindicou. Assistiu-se apenas, e com satisfação, ao despovoamento do Lar Militar. Mas será que essa satisfação basta? Ou melhor, será que os residentes do Lar saíram definitivamente sem necessidade de regressarem? E será que os que nunca lá residiram não necessitarão de aí ir parar?

Estas são questões que na altura não se puseram e que até hoje não foram evidenciadas. Talvez também pareça ainda prematuro falar nisto, porque, efectivamente, não há indícios, de que aquelas questões correspondam a preocupações de momento. Hoje, felizmente, os Deficientes das Forças Armadas, voltados definitivamente para a vida activa, não pensam em lares. E não precisam só devido à sua actividade, dinamismo e valorização da integração social, mas também devido à sua idade. Situando-nos, na maioria, entre os 32 e os 45 anos, constituímos um grupo etário distante ainda da idade em que normalmente os problemas dos lares se põem a todas as pessoas.

Mas não será assim tão prematuro começarmos a dar um pouco de atenção aos problemas que se nos hão-de pôr na terceira idade. E isto por duas razões: primeiro, porque eles, devido às nossas deficiências, serão mais gravosos do que para o comum dos cidadãos; segundo, porque a terceira idade, também devido à deficiência, chegará para nós mais cedo.

E se não é assim tão prematuro começarmos a falar em lares, também será oportuno, já que alguma coisa se vai ouvindo sobre os dois lares para militares existentes. Do Lar de Veteranos Militares de Runa, que terá neste momento um número muito reduzido de residentes, todos eles em idade muito avançada, se diz que vai fechar. Quanto ao Lar Militar da Cruz Vermelha, pressente-se a sua reformulação, deixando de funcionar exclusivamente para deficientes militares ou sendo destinado a fins diferentes.

O Lar de Veteranos Militares de Runa, de que a ADFA pouco ou nada sabe, precisamente por se alhear, saudavel-

mente (até aqui), da questão dos lares, comemorou recentemente (25 de Julho) o 157.º aniversário, acontecimento acompanhado pelo «Jornal do Exército», e pela revista «Mais Alto», da Força Aérea, com duas reportagens de todo o interesse e oportunidade, nas edições respectivamente de Setembro e Setembro/Outubro passados. Este lar, que também já se chamou Lar dos Inválidos Militares e começou por ser o Hospital Real Militar, foi fundado pela Princesa Maria Francisca Benedita, nascida há 238 anos. Albergando ultimamente os deficientes da Primeira Grande Guerra, com o natural felecimento de quase todos (os mais novos não terão menos de 88 anos), o lar está em vias de encerrar. Os deficientes da guerra colonial são neste momento, de facto, demasiado jovens para sucederem e naquelas condições aos veteranos de 1916, mas, daqui por uns anos, estarão muitos a bater à porta de um qualquer Lar de Runa. Seria bom que nessa altura se lhes abrisse um espaço condigno e acolhedor.

Para além de prematuro, poderá parecer pessimista, desencorajante ou até macabra esta abordagem agora aqui. Mas não poderá deixar de ser considerada realista. É que a nossa determinação e força para garantirmos a nós próprios uma vida o mais igual possível à dos outros, têm hoje a alimentá-las a energia da juventude, que compensa em muito a insuficiência da deficiência. À medida que essa energia se for esgotando (estamos sempre a pensar nas deficiências mais graves), mais sentidos serão os obstáculos do dia-a-dia. Além disso, não podemos deixar de nos enquadrar, com todas as particularidades que nos são inerentes, no real destino de todos os cidadãos. Nem tão pouco podemos excluir-nos do contexto que a todos abrange a expulsão dos velhos do seio das famílias quando passam a necessitar de cuidados permanentes, para os quais o ritmo e os afazeres da vida moderna não podem dispensar um elemento do agregado familiar; o cada vez mais exiguo espaço da habitação não pode facultar um quarto em casa de um filho; e a mentalidade dominante não é capaz de ceder no seu código de valores, onde cada qual vale apenas na medida em que produz.

Neste contexto geral, com o peso da deficiência susceptível de agravamento e, não raras vezes, também devido à deficiência, com um ambiente familiar pouco propício para resistir ao embate da nossa terceira idade, não será assim tão cedo para começarmos, desde já, a agendar nas nossas preocupações esta questão dos lares militares.

JANELA INTERIOR

● EVITAR A GRAVIDEZ E O NASCIMENTO DE CRIANÇAS NÃO DESEJADAS

● METODOLOGIA PARA ULTRAPASSAR A ESTERILIDADE

Continuamos hoje a publicação do artigo sobre o planeamento familiar, apresentando os restantes objectivos do planeamento familiar, que completam o primeiro objectivo, permitir a aquisição de conhecimentos sobre educação sexual», publicado no Elo anterior.

2. Pode evitar-se uma gravidez e o nascimento de uma criança não desejada, conhecendo-se os métodos contraceptivos.

Uma gravidez não planeada, provoca graves traumas físicos e psicológicos na mãe, perturba quase sempre a relação conjugal e pode afectar a capacidade de trabalho de ambos.

O casal deve fazer uma escolha livre e consciente, quanto ao número de filhos que deseja ter e na altura que achar mais conveniente.

Uma criança desejada, tem mais possibilidades de ser uma criança feliz.

A Infertilidade é o estudo dos casais que não têm dificuldade em engravidar, mas o feto não é viável, isto é:

— ou há abortos espontâneos sucessivos, quando o feto tem 2, 3, 4 ou 5 meses.

— ou quando o feto ultrapassa os 7 meses, morre no útero,

— ou ao fim de 9 meses, pouco tempo depois de nascer, a criança morre.

A metodologia para ultrapassar a Infertilidade depende fundamentalmente da história clínica de cada casal, mas uma regra geral, entre outras, é tentar eliminar certas doenças, nomeadamente os diabetes e a hipertensão.

3. A interrupção voluntária de gravidez ou aborto embora não seja um método de planeamento familiar, pois causa graves prejuízos à saúde física e mental da mulher, devia ser permitido sempre que a mulher o considerasse como a melhor solução para o seu caso.

O aborto voluntário, deve ser realizado nas primeiras 12 semanas (3 meses) de gravidez.

4. A Esterilidade é o estudo dos casais que não conseguem alcançar uma gravidez, após 2 anos de relações sexuais completas e não protegidas, isto é, durante as relações sexuais não é utilizado qualquer método contraceptivo.

A causa deste problema pode estar em qualquer

NOS OLHOS DOS OUTROS

(Continuação da 10.ª pag.)

Ana Maria — 27 anos.
Emp. escritório — curso geral dos liceus.

1 — Nem sempre. Às vezes, porque talvez tenha mais pena duns que dos outros.

2 — Não, para mim é igual, só que enfim... tem uma deficiência.

3 — Não propriamente, a sociedade em si também é deficiente.

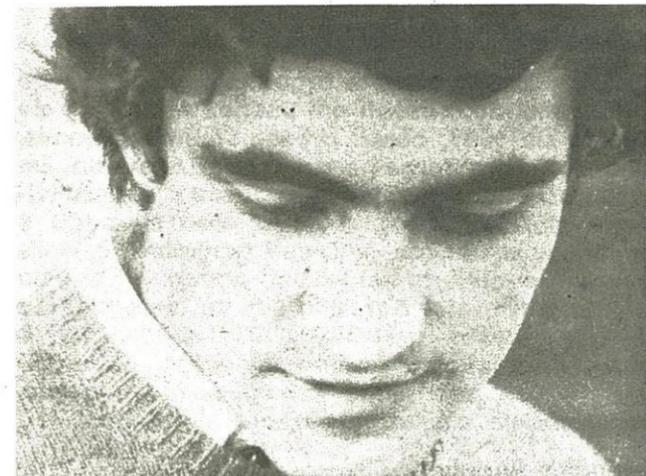
4 — É difícil. Talvez a sociedade não os encare tão bem como aos outros cidadãos.

5 — Sim, leio várias coisas sobre deficientes.

6 — Não.

7 — Tenho, um primo «atrazado».

8 — Geralmente aguardo que peça ajuda, mas também se o vir com certa dificuldade sou capaz de o ajudar por iniciativa própria.



Rui Tová — 19 anos.
Estudante — 1.º ano de Engenharia.

1 — Não, talvez por haver muitos a pedir.

2 — Acho que não.

3 — Não, diz respeito a toda a gente.

4 — Sim, deve ser difícil.

5 — Às vezes leio.

6 — Já, às vezes penso nisso.

7 — Conheço, familiares julgo que não.

8 — Aguardo que peça ajuda.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

JORNAL DO EXÉRCITO, n.º 298 de Out. 1984.

BOLETIM INFORMATIVO do Centro Cultural e Recreativo de Santo Adrião, n.º 6 de Junho 1984.

JORNAL DOS REFORMADOS, n.º 119 de Out. de 1984.

ALMADA: AUTARQUIAS POVO, n.º 33 de Set. 84. Notícia na p. 9. Uma oferta de livros em Braille à Biblioteca Municipal.

VIDA SOVIÉTICA, n.º 110/111 de Ags./Set. de 84.

MAIS ALTO, n.º 230, de Jul./Agosto de 84.
REVISTA DA FSM, n.º 10 de Out. de 84.

NÓ PINTCHA, n.º 1098 de Out. de 84.

SECTOR COOPERATIVO, Boletim Informativo, n.º 26, de Outubro de 84.
Orgão do INSCOOP.

ESTE ESPAÇO PODE SER SEU.

O «ELO» É LIDO MENSALMENTE
POR CERCA DE 15000 PESSOAS

ANUNCIE NO «ELO»

PALÁCIO DA INDEPENDÊNCIA, TEL. 3621 67/8/9
LARGO S. DOMINGOS — 1194 LISBOA CODEX

CORREIO DE LEITORES
SOBRE SEXUALIDADE

Comunicamos aos nossos sócios e leitores que a colaboração do dr. J. P. Valente dos Santos, Psicólogo e Sexoterapeuta, se vai alargar com a abertura de uma rubrica tipo «correio dos leitores», no âmbito da qual os nossos sócios e leitores se poderão dirigir por escrito ao dr. J. P. Valente dos Santos, publicando nós para o devido efeito a sua morada.

J. P. VALENTE DOS SANTOS

Psicólogo-sexoterapeuta

Consultório: R. D. Ângela Tamagnini, 11, r/c, Esq.
2300 TOMAR

VIDA ASSOCIATIVA — DELEGAÇÕES

FESTAS DE NATAL-84 DELEGAÇÃO DO PORTO

INFORMAÇÕES AOS SÓCIOS

A delegação do Porto em colaboração com os núcleos existentes na sua área de actuação levam a efeito no mês de Dezembro diversas festas de Natal destinadas aos filhos dos sócios adstritos à delegação.

Com o objectivo de todos ficarem informados dos locais data e hora das respectivas festas conforme o concelho em que residam, em baixo publicamos a respectiva lista.

LORDELO-PAREDES

Cine-Teatro de Lordelo, 15/12/84, 14.30 h.

Concelhos abrangidos: Paredes e Paços de Ferreira.

PENAFIEL

Escola Secundária de Penafiel, 15/12/84, 15 h.

Concelhos abrangidos: Lousada, Amarante, Marco de Canavezes, Baião, Cinfães, Felgueiras.

PONTE DA BARCA

Bombeiros Voluntários de Ponte da Barca, 15/12/84, 15 h.

Concelhos abrangidos: Ponte da Barca, Arcos de Valdevez, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Valença, Vila Nova de Cerveira, Vila Verde, Amares, Terra do Bouro, Ponte de Lima.

CHAVES

Forte de S. Francisco em Chaves, 15/12/84, 15 h.

Concelhos abrangidos: Boticas, Chaves, Montalegre, Valpaços, Vinhães.

VILA REAL

Escola Secundária Camilo Castelo Branco, 15/12/84, 15 h.

Concelhos abrangidos: Alijó, Mesão Frio, Murça, Régua, Sabrosa, Sta. Marta de Penaguião, Vila Pouca de Aguiar, Vila Real, Carregado de Anciães, Mirandela, Moncorvo, Armamar, Lamego, Vila Nova de Foscoa, Arouca.

FAFE

Local a confirmar, 15/12/84, 15 h.

Concelhos abrangidos: Mondim de Basto, Fafe, Celorico de Basto, Póvoa de Lanhoso, Cabeceiras de Basto, Guimarães, Ribeira de Pena, Braga, Vieira do Minho.

SETÚBAL CONVÍVIO DE NATAL

Uma vez que a delegação não dispõe de verbas próprias e muitos dos nossos sócios não têm as suas quotas em dia, é-nos impossível realizar a Festa de Natal.

A semelhança do ano passado, estamos a pensar em levar a efeito, também este ano, um almoço convívio entre sócios e familiares para assinalar essa quadra festiva.

Esta alternativa só será possível se a maioria dos associados aderir.

Pensamos, em princípio, fazer um passeio fluvial pelo rio Sado, seguido de almoço em local a indicar.

Aguardamos, no entanto, a confirmação da cedência da embarcação.

Durante o almoço, gostaríamos de assistir, à semelhança do que já aconteceu numa das nossas festas de Natal, à exibição de sócios, filhos ou familiares, que com

a sua voz ou com os seus instrumentos, nos deliciassem por uns momentos cantando ou tocando nesse são convívio.

Os preços para o almoço serão:

— Crianças até 8 anos: 400\$00.

— Crianças com mais de 8 anos, ou adultos: 650\$00.

As inscrições para os almoços, terão que ser feitas impreterivelmente até ao dia 24/11/84.

Até esse dia, também deverão indicar qual a participação que poderão dar, isto é, indicar o nome ou os nomes dos que eventualmente possam colaborar, cantando ou tocando, por forma a que nos seja possível organizar um programa.

Ficamos pois, à espera dessa colaboração e principalmente da tua adesão ao nosso convívio de Natal de 1984.

FESTA DE NATAL

DELEGAÇÃO DE V. N. DE FAMILIÇÃO

Realiza-se no domingo, 16DEZ84, no Salão Paroquial da Freguesia de S. José Operário (S. Lázaro) em Braga com início às 9 horas.

O espectáculo terá a duração de 3 horas, e constará de Palhaços, Ilusionista, Ventriloquo, fazendo-se um intervalo para a realização de um sorteio em que o 1.º prémio é uma bicicleta de criança. Findo o espectáculo, serão distribuídos os brinquedos e balões a todas as crianças até aos 10 anos inclusiv, cujos pais tenham feito a sua prévia inscrição.

PÓVOA DE VARZIM

Local a designar, 15/12/84, 14.30 h.

Concelhos abrangidos: Póvoa de Varzim e Vila do Conde.

PORTO

Cinema Vale Formoso. Rua de S. Dinis, 16/12/84, 15 h.

Concelhos abrangidos: Porto, Gondomar, Matosinhos, Sto Tirso, Valongo, Vila Nova de Gaia, Aveiro, Espinho, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Albergaria-a-Velha, Anadia, Arouca, Feira, Oliveira de Azeméis, Castelo de Paiva, Ovar, S. João da Madeira, Sever do Vouga, Vale de Cambra, Barcelos e outros concelhos não referidos.

VIANA DO CASTELO

Associação Nuno Álvares. Rua da Bandeira (junto à antiga Câmara Municipal).

Concelhos abrangidos: Viana, Caminha, Esposende.

SORTEIO DE NATAL

A delegação do Porto para suportar os encargos com as Festas de Natal emitiu um sorteio tendo pedido o contributo de todos os sócios. Esperam os seus responsáveis que os sócios saibam corresponder, colaborando em todas estas festas, não só comprando os bilhetes do sorteio, como dando sugestões na organização dos mesmos.

Todos os sócios foram avisados através de uma nota informativa, devendo proceder à respectiva inscrição dentro dos prazos fixados.

NATAÇÃO PARA OS SÓCIOS

O Futebol Clube do Porto e o Clube Fluvial acabam de colocar as piscinas à disposição dos deficientes sócios da ADFA para a prática da natação.

Horário:
Futebol Clube do Porto — Terças e quintas das 21.00 às

21.45 horas.

Clube Fluvial — Segundas e quartas das 15.00 às 16.00 horas.

Os interessados deverão contactar a delegação do Porto para efectuar as respectivas inscrições.

DELEGAÇÃO DE FARO FESTA DE NATAL

A festa do Natal da Delegação de Faro da ADFA, é no dia 14/12/84, pelas 16 horas na Sede da Delegação de Faro, os sócios que desejarem participar devem fazer a sua inscrição até ao dia 10/12/84 na Delegação de Faro e ao mesmo tempo se quiserem colaborar com algum conjunto organizado por sócios da ADFA ou amigos da ADFA que queiram colaborar na nossa festa.

CFE — ACTUALIZA ABONO DE FAMÍLIA

O Centro Financeiro do Exército actualizou o Abono de Família e Prestações complementares de acordo com o Decreto Regulamentar n.º 83/84 de 24-/Out.

Os montantes agora fixados são os seguintes:

- 1 descendente, 660\$00
- 2 descendentes, 1320\$00
- 3 descendentes, 2100\$00
- Por cada descendente a mais, 900\$00

ESCOLA DA ADFA

Tiveram início em 8 de Outubro as aulas na Escola da ADFA. No Curso de Alfabetização encontram-se 15 alunos a frequentar em diversos níveis, estando abertas as inscrições para o mesmo durante todo o ano lectivo.

O Ciclo Preparatório está a ser frequentado por 17 alunos, distribuídos por duas turmas, enquanto no Curso Geral há 21 alunos distribuídos por três turmas.



FESTA DE NATAL NA SEDE

Inscrições até 7 de Dezembro

A habitual Festa de Natal da Sede, destinada aos filhos dos sócios, terá lugar no Salão Nobre do Palácio da Independência, no próximo dia 15 de Dezembro, a partir das 14.30 horas.

As inscrições para a referida festa terão que ser feitas na secretaria da ADFA até ao próximo dia 7 de Dezembro. Findo este prazo poderá não ser possível garantir mais inscrições.

A semelhança do que aconteceu o ano passado, haverá um pequeno lanche destinado exclusivamente às crianças (sandes, sumos, salgados, bolos, chocolates e drops) e serão distribuídos balões.

Programa

14.30 horas — Apresentação do Presépio natural (feito com crianças) e Pai Natal;

- Grupo Infantil da Casa do Povo de Corroios;
- Parelha de Palhaços;
- Cecilia Paços;
- Grupo Infantil da ADFA;
- Ângelo Teixeira;
- Rancho Folclórico Infantil de Aveiras de Cima;
- Garcia com o seu grupo Play Back;
- Teatro Mímico da A.P.S.;
- Rancho Folclórico da Musgueira Sul;
- Acordeon por António Salvado.
- Breek Dance

Haverá várias surpresas sobretudo para os mais pequeninos, a quem a festa é dedicada.

Além do espectáculo no Salão Nobre, realizam-se outras actividades culturais e recreativas, num outro local da Sede, especialmente destinadas aos adultos.

DELEGAÇÃO DE FARO PARTICIPOU EM RECEPÇÃO A ANTIGOS COMBATENTES DE FRANÇA

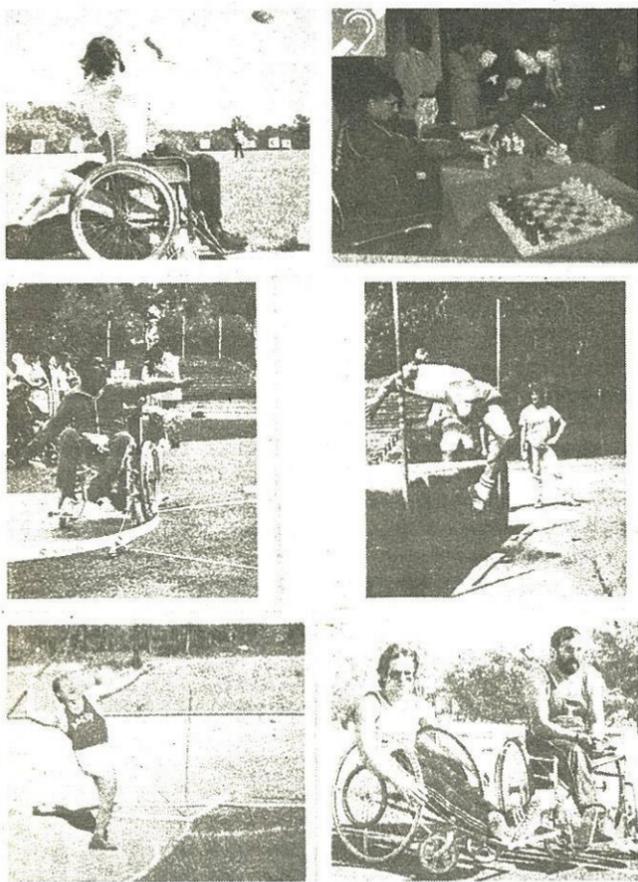
No dia 19/10/84, o Presidente da Direcção da Delegação de Faro da ADFA, foi convidado pelo Exm.º Senhor Presidente da Câmara Municipal de Faro para tomar parte na recepção, no salão nobre dos Paços do Concelho, a uma delegação de antigos combatentes de França, da Federação Nacional dos Mutilados e Reformados Militares com sede em Paris.

Este encontro contou também com a presença de um grupo de escuteiros de Portugal em França, e dos Vereadores da Câmara.

Seguiu-se um almoço na Câmara Municipal de Tavira e uma recepção com troca de galhardetes e a deposição de um ramo de flores no Monumento dos Mortos da Guerra.

DESPORTO

CARTEIRAS DE FÓSFOROS DIVULGAM DESPORTO PARA DEFICIENTES



Por iniciativa da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, com a colaboração do Secretariado Nacional de Reabilitação e do ISEF, a Sociedade Nacional de Fósforos aceitou a publicar uma série de carteiras de fósforos denominada «Desporto para Deficientes», constituída por vinte números.

Cada carteira tem, além da fotografia da modalidade, uma nota explicativa nas costas.

Dada a função sócio-cultural que os fósforos desempenham na divulgação de diferentes temas, consideramos do maior valor esta colecção, porque ela vai possibilitar dar a conhecer ao público em geral, o esforço dispendido pelos deficientes para a sua integração na sociedade, através do desporto.

Como novidade, teve a Sociedade Nacional de Fósforos a gentileza de editar esta colecção em cartolina especial — cromolux — e será embalada em caixas de acetato que se encontram à venda na nossa Associação.

Consideramos positiva esta atitude da Sociedade Nacional de Fósforos, pois pensamos que com a publicação desta colecção, ela cumpre o papel social que deve desempenhar. Gostaríamos que muitas outras grandes empresas, tomando como exemplo a SNF, aderissem a propostas do mesmo cariz, apoiando as iniciativas tendentes à sensibilização e informação da opinião pública para o valor e capacidades dos deficientes.

XADREZ

TORNEIO INTERNO DA UCXL

Está-se a realizar desde 25 de Outubro e prolongar-se-á até ao dia 29 de Novembro o «Torneio Interno da União de C. Xadrezistas de Lisboa».

As sessões têm decorrido no Salão Nobre da ADFA às quintas-feiras, ds 20 às 24 horas e aos sábados das 15.30 às 19.30 h., tem contado com a participação de 12 jogadores de ambos os sexos.

Este torneio destina-se a apurar os 4 representantes para os «distritais» individuais e consequentemente para representar a UCXL na 3.ª divisão distrital por equipas.

«CROSS» DO JAMOR

A D.G.D. — Lisboa realizou no passado dia 20 de Outubro uma prova de atletismo denominada «Cross» do Jamor no campo n.º 2 do Estádio Nacional.

Entre outras provas realizou-se uma corrida em cadeira de rodas, com 1300 m, em pista e em estrada com obstáculos. A prova teve a participação de duas equipas, os «Galgos» um novo clube de deficientes recentemente criado e a Joanita que venceu a prova.

A ADFA em virtude de as suas cadeiras serem velhas e frágeis não participou nesta prova por o piso em que se realizou ter muitos obstáculos nomeadamente lama, buracos, rampas, etc.

9 DE DEZEMBRO DIA NACIONAL DO DEFICIENTE

A ADFA participará conjuntamente com outras organizações de deficientes nas comemorações oficiais do Dia Nacional do Deficiente, comemorado de acordo com as recomendações das Nações Unidas a partir do Ano Internacional do Deficiente.

Em Portugal foi deliberado que esse dia passaria a ser a 9 de Dezembro, tendo-se já realizado algumas actividades em anos anteriores.

Deste modo a ADFA estará presente nas várias actividades a desenvolver, coordenadas pelo Secretariado Nacional de Reabilitação, nos dias 7, 8 e 9 de Dezembro, com uma exposição nas instalações do SNR e nas actividades desportivas a realizar no Pavilhão do Estádio Universitário, no dia 8.

O programa ainda não está definitivamente elaborado, contudo poderemos adiantar que a Sessão de abertura terá lugar no SNR, dia 7 de Dezembro, no local onde ficará patente a exposição, provavelmente serão justamente homenageados os deficientes que conquistaram várias medalhas nas olimpíadas de Los Angeles e, em princípio, no programa «já agora» a emitir em 7 de Dezembro haverá intervenção de algumas Associações de deficientes.

As actividades desportivas contam com o apoio do SNR, Comissão Instaladora da FPDD, DGD e ISEF, além das restantes organizações que se queiram integrar. Para o jogo de Basquetebol em cadeira de rodas foram seleccionadas as duas equipas melhor classificadas no torneio da DGD realizado o ano passado (ADFA e Alcoitão).

Continuam a realizar-se reuniões no âmbito do SNR tendo em vista a comemoração condigna do referido dia.

CASCAIS JÁ TEM NÚCLEO

Conforme noticiado no último número do «ELO», realizou-se no passado dia 26 de Outubro nas instalações do Dramático Sportivo de Cascais, uma reunião com sócios dos concelhos de Oeiras, Cascais e algumas localidades do concelho de Sintra, na qual compareceu um significativo número de sócios.

Após longa discussão sobre questões de âmbito associativo concluiu-se ser notória a urgente necessidade da criação de um núcleo, que de acordo com o estatutariamente definido, o núcleo é a estrutura mínima da ADFA e tem como função garantir participação directa dos sócios na vida associativa, através de uma estreita ligação local.

Abordou-se por fim a importância da criação do núcleo bem como o trabalho que poderá ser desenvolvido pelos seus elementos, tendo sido eleita uma Comissão Instaladora constituída pelos seguintes sócios:

- Armando Guedes da Fonte
- Amável Jesus F. Esteves
- José António G. N. Malacriz
- António Emílio C. Santa-Rita
- Carlos Manuel Fanado

Os elementos da Comissão Instaladora tomaram posse na Sede da ADFA, no passado dia 10 de Novembro, após a entrega das respectivas credenciais pela Direcção Central.

Nesta reunião de tomada de posse foram analisadas as competências da Comissão Instaladora e o trabalho que poderá desenvolver na fortificação da vida associativa.

BALUARTE DA ADFA

A história dos fortes da costa e Cascais, construídos no século XVII e designados por baluartes, sua origem, objectivos, armamento e guarnição, é matéria fascinante que hoje não iremos abordar. Falamos de outros baluartes, centros de defesa dos direitos dos deficientes, igualmente existentes no concelho de Cascais candidato ao pioneirismo, à experiência piloto, no âmbito da solução da vasta problemática da deficiência.

Por falta de espaço não é viável, por ora, descrever o mérito labor do Município, das associações e deficientes e outras, em área tão vasta quanto complexa. Lá iremos.

Os deficientes das Forças Armadas encontram no CIAAC uma unidade em tudo exemplar onde os seus problemas são ponderados com a devida atenção, sendo recebidos com a amabilidade e apuro característicos de uma autêntica Academia de Artilharia. E são alegres os artilheiros! Toda a Cidadela é um museu vivo, carinhosamente conservado com muito e constante trabalho jovialmente realizado. Quem não terá fé na juventude conhecendo a Cidadela?

Muitos são todavia os problemas, quantas vezes dramáticos, a resolver pelos próprios deficientes, só eles, daí constatar-se uma inevitável dispersão de esforços apenas superável pela união em sólida actividade associativa. Assim nasceu a ideia do Núcleo, apoiada pela Direcção, criou-se uma comissão instaladora, democraticamente eleita, e... ao trabalho! O Núcleo será um baluarte da ADFA ao serviço e todos os deficientes dos concelhos de Cascais, Oeiras, Sintra. A obra está lançada. Da vontade dos sócios depende o resultado: teremos mais um robusto baluarte.

António Emílio Santa-Rita

VENDE-SE TERRENO

Próximo da praia, bons acessos, condições adequadas ao seu descanso, especialmente em tempo de férias.
Dá para fazer pequena quinta, ou venda em lotes.
Ligue hoje mesmo para o Telef. 334485, a partir das 20 h.

NOS OLHOS DOS OUTROS

(Continuação da pág. 10)

- Quando se depara com um deficiente a pedir, costuma dar-lhe esmola?
- O deficiente é uma pessoa diferente?
- Acha que a situação da deficiência diz respeito só aos indivíduos deficientes?
- Em sua opinião é ou não difícil aos deficientes arranjar emprego?
- Costuma interessar-se pelas notícias, programas ou artigos sobre os deficientes?
- Já alguma vez pensou que podia ficar deficiente?
- Conhece ou tem entre os seus familiares ou amigos alguma pessoa deficiente?
- Quando se depara com um cego para atravessar a rua costuma ser indiferente, indica-lhe a melhor forma de o fazer, aguarda que ele peça ajuda ou dirige-se a ele, dá-lhe o braço e atravessa-o?



Teresa Isabel — 20 anos.
Estudante — 11.º ano.

- 1 — Não, porque geralmente também não tenho dinheiro.
- 2 — Não, acho que é igual.
- 3 — Não, diz respeito a toda a gente.
- 4 — Em Portugal é bastante difícil, as pessoas acham que eles não são capazes como os outros.
- 5 — Costume, porque acho que é um dos problemas a resolver a questão dos deficientes a pedir esmola quando poderiam estar a trabalhar.
- 6 — Já.
- 7 — Que eu me lembre não.
- 8 — Dirijo-me a ele, dou-lhe o braço e atravesso-o.

SÓCIOS FALECIDOS



ANTÓNIO DA CONCEIÇÃO MENESES ALVES, sócio n.º 8082, 33 anos, faleceu no passado dia 9 de Outubro de 1984 vítima de atrofia cerebral.

Este sócio sofria de esquizofrenia e tinha sido ferido em campanha na Guiné, em 1973. Vivia em Cedofeita — Porto de onde era natural.



SABINO DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA, N.º 2770, com 42 anos, faleceu no passado dia 29 de Outubro em sua casa, vítima de um cancro na cabeça. Este sócio foi amputado do membro inferior direito em virtude de ferimentos sofridos em Angola em 1965. Foi sepultado em Coelhoso-Bragança, onde vivia e de onde era natural.



LÚCIO PEREIRA MARTELO, sócio n.º 6769, 92 anos de idade, faleceu no passado dia 11 de Outubro de 1984 e morreu de uma enfermidade de que sofria.

Este sócio era DFA, foi ferido em França em 1918, na 1.ª Grande Guerra onde foi vítima de um bombardeamento que lhe causou fracturas na perna esquerda. Vivia em Vila Nova de Gaia, era natural de Marco de Canavezes. Era viúvo e tinha sete filhos.



JOÃO FERNANDES, sócio n.º 4706, 34 anos, faleceu no passado dia 26 de Outubro de 1984 vítima de acidente vascular cerebral. João Fernandes tinha adquirido, durante a prestação do serviço militar na Guiné, uma úlcera duodenal e hepatite, em 1971. Residia em S. Romão de Arões — Fafe de onde era natural, era casado e deixou 3 filhos menores.

Aos familiares dos sócios falecidos apresentamos as nossas mais sentidas condolências.

DESPORTO

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE DESPORTO PARA DEFICIENTES

● PONTO DA SITUAÇÃO

A Comissão Instaladora da Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes a funcionar provisoriamente na Sede da ADFA tem vindo a reunir regularmente com todos os seus membros procurando dispendir o máximo de esforços tendentes à rápida legalização da FPDD, mais morosa do que inicialmente se poderia pensar devido à complexidade burocrática que a mesma implica.

No âmbito das suas competências, a Comissão Instaladora editou um pequeno Boletim Informativo que enviou às diversas Associações de e Para Deficientes e outras entidades mais directamente ligadas ao processo, solicitando também o envio do programa recreativo e competitivo de cada Associação para o Ano de 1985 a fim de o apresentar à DGD.

Quanto ao processo de legalização, o mesmo encontra-se entregue ao advogado que está presentemente a compilar toda a documentação necessária para a legalização notarial.

A questão financeira tem sido também um dos problemas que a C.I. pretende ultrapassar pensando mesmo em estabelecer uma quota provisória entre as Associações constituintes da referida comissão.

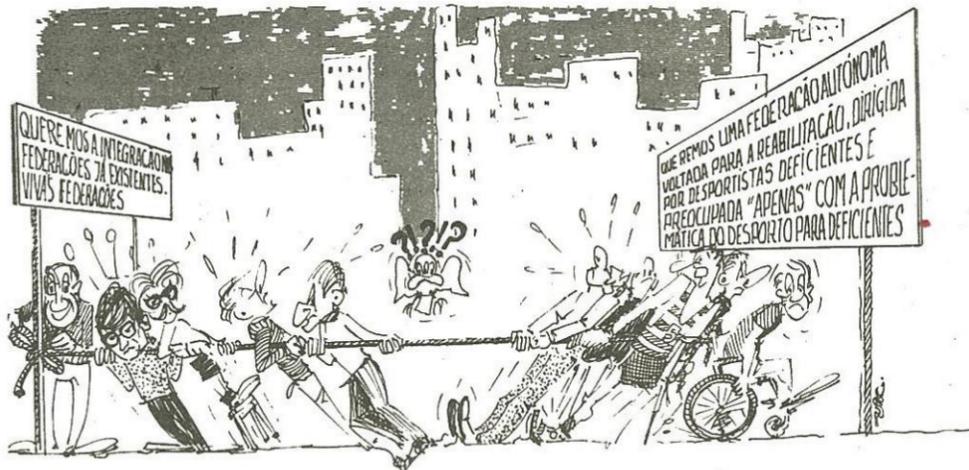
Mas não têm sido só as questões logísticas que preocupam a Comissão, outras como a formação técnica geralmente desencadeada pela DGD e a elaboração de um programa mínimo até

não acontece quando se encara o desporto por deficientes só em termos meramente recreativos e esse é o mal.

Sabe-se que o desporto é uma das melhores formas

de desporto para deficientes não seja visto como o passatempo dos «coitadinhos».

Ainda recentemente um grupo de deficientes da Associação Portuguesa da Paralisia Cerebral conquistou



à realização do Congresso também não têm sido desprezadas.

De acordo com os Estatutos e Regulamento Interno da FPDD poderão filiar-se naquela Federação, além das associações, clubes e colectividades que possuam uma secção de desporto para Deficientes.

Se de momento o número de indivíduos deficientes desportistas profissionalizados é bastante pequeno em termos de universo que possuímos em Portugal (cerca de um milhão), o mesmo já

de integração da pessoa deficiente. É no desporto que o indivíduo pode competir com qualquer outro e é aí que também um indivíduo se sente numa forma geral realizado quer psicologicamente quer até fisiologicamente.

Até agora o desporto tem sido visto quase sempre sobre uma área também importante que é a sensibilização e a qual não se poderá desprezar, porém torna-se necessário ir mais longe, passar a um estádio em que

nas Olimpíadas de Los Angeles algumas medalhas de ouro e sobre os quais quase ninguém falou ou se pretendem pura e simplesmente ignorar, outros atletas também envergando a camisola das cinco quas tiveram a justa homenagem, os deficientes, esses, são deficientes...

Não mereceriam, também eles que subiram ao pódio, que conquistaram algumas medalhas para o seu país, uma justa homenagem?

CAMPEÕES OLÍMPICOS FALAM AO «ELO»

ANTÓNIO MARTINS GANHOU 6 MEDALHAS E BATEU UM RECORDE MUNDIAL

No Centro de Reabilitação de Paralisia Cerebral, na Av.ª Rainha D. Amélia, mesmo ao lado do Lar Militar fomos encontrar esses fenómenos que foram a Nova Iorque conquistar uma série de medalhas. Quem seriam eles? O que faziam? Qual o seu aspecto? Eram perguntas que nos assaltavam pois quase nunca os víamos.

A deficiência cerebral deve ser uma das mais terríveis deficiências que um homem pode possuir uma vez que, na maior parte dos casos, apenas afecta a locomoção motora, permanecendo a capacidade de raciocínio normal no entanto, devido à dificuldade que muitas vezes têm em falar e da gesticulação desordenada, o comum das pessoas são levadas a relacionar-se com eles como se de «atrasados mentais» se tratasse. Os atletas com deficiência cerebral que tive a oportunidade de entrevistar, são pessoas com quem podemos contar, com quem podemos discutir e recolher ideias sobre a problemática geral dos deficientes e mais particularmente, sobre o grande projecto que é a Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes.

Ao fim de uma tarde chuvosa do mês de Novembro deslocámo-nos ao Centro de Paralisia Cerebral Calouste Gulbenkian, no Lumiar, ao lado das instalações do Lar Militar.

Não sem algumas dificuldades, conseguimos estar sentados à mesa com três dos atletas que se deslocaram aos Jogos Olímpicos de Nova Iorque, António Martins de 18 anos, Joaquim José Boavida Rascão de 21 anos e Paulo Rodrigues de 17.

O António Martins é um jovem estudante que ganhou nada mais nada menos que 6 medalhas olímpicas, 2 de ouro, 2 de prata e 2 de bronze. Bateu o recor-

de mundial dos 1500 m. corrida. O Martins não se impressionou perante os atletas de outros países que praticam o desporto em melhores condições do que em Portugal e estariam por isso mais bem preparados. Conforme acontece com o atletismo dos normais muitas vezes a vontade e decisão de vencer e competir podem ser fundamentais. Para ele a experiência que teve nestes Jogos Olímpicos foi muito importante, nomeadamente no que concerne ao convívio, à amizade e à troca de experiências que teve possibilidade de manter com quase 2000 atletas de todo o mundo que ali se encontravam.

Joaquim Rascão que se encontra desempregado vem aqui ao Centro simplesmente para treinar. Considera que foi feito um bom trabalho apesar de se ter começado a treinar apenas um mês e meio antes; enquanto que em países como a Dinamarca treinam há anos! No entanto, espera que nos próximos Jogos os resultados serão ainda melhores. Adiantou-nos que estão inscritos para participar num torneio de futebol, na Escócia, em Maio de 85.

Paulo Rodrigues, estudante, ganhou uma medalha de bronze na estafeta dos 4X100 m. Disse-nos que treinou muito no estádio que se realizou no Estádio Nacional antes dos Jogos e que actualmente treina três vezes por semana em várias modalidades.

Convívio com emigrantes

Estes jovens referiram-se ainda aos contactos havidos entre a comunidade portuguesa de emigrantes em Nova Iorque que os convidaram para um jantar em Miniola. O apoio destes emigrantes foi muito importante e deu-lhes ainda maior ânimo para competirem.

Convívio com os brasileiros

De entre todos os atletas estrangeiros com quem viveram realçaram os brasileiros com quem trocaram especiais relações de ami-

zade, talvez porque, falando a mesma língua, as relações se tornem mais simples.

Federação de Desporto

Interrogados sobre a sua opinião acerca da futura Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes, foram unânimes na concordância com a sua formação, tendo afirmado que gostariam muito de colaborar nomeadamente trocando opiniões e ideias. Manifestaram o seu desejo de alargar o seu convívio a outros deficientes. António Martins afirmou:

«Dizem que os deficientes não podem! Mas podem! Os deficientes devem ser ajudados em tudo! Temos de ter muito apoio e nós temos de nos ajudar uns aos outros.» A. Martins disse ainda que «gostaria que praticássemos desporto integrado pois assim as pessoas veriam que somos capazes de fazer alguma coisa, que não somos uns inválidos».

Modalidades mais praticadas

As modalidades mais praticadas pelos deficientes de paralisia cerebral são: o futebol de sete realizado num campo com dimensões menores que o futebol clássico e com regras específicas, é verdadeiramente assombroso ver como se movimentam no campo de uma forma tão hábil e rápida estes jovens que, à primeira vista, qualquer pessoa diria que não eram capazes de dar

I TROFÉU JORNAL «ELO»

A fim de assinalar a passagem do 10.º aniversário do nosso jornal realiza-se um torneio de futebol de salão e um torneio de basquetebol em cadeira de rodas nos próximos dias 17 e 24 de Novembro.

O torneio de basquetebol terá lugar no Pavilhão do Estádio Universitário com a primeira jornada no dia 17 de Novembro às 19 horas e a segunda no mesmo local, dia 24.

Neste torneio participam as equipas da ADFA, Joanita, Alcoitão e Galgos que irão disputar o I Troféu Jornal «ELO».

O futebol de salão realiza-se no dia 24 de Novembro, no campo do Encarnação, das 9 às 12 horas e conta com a participação da sede, delegação de Setúbal, Associação Portuguesa de Surdos e uma equipa da Quinta do Morgado constituída essencialmente por filhos de sócios.

Além do troféu jornal «ELO» irão ser disputadas várias taças para os diversos lugares.

Vale a pena ir ver os mais pequenos a darem uma lição aos pais, e cá para nós, se calhar...

II TORNEIO DE XADREZ PARA DEFICIENTES

A Associação Portuguesa de surdos realizou nos passados dias 20 e 21 de Outubro o «II Torneio de Xadrez para Deficientes» na sua sede na Av. da Liberdade.

Fizeram-se representar duas equipas do A.P.S., a VCXL em representação da Associação de Cegos «Luís Braille» e a ADFA.

O torneio decorreu em sã camaradagem num clima amistoso e agradável.

A vitória foi da Associação de Cegos «Luís Braille» ficando a equipa A da A.P.S. em segundo lugar a ADFA em terceiro e a equipa B do A.P.S. em quarto.

Esperamos em futuros torneios ter a nossa equipa mais bem preparada com o apoio do nosso «treinador» mestre Vasco Santos.

um pontapé na bola; o atletismo é outra das modalidades mais divulgadas tendo, no entanto, formas muito específicas de o praticarem, o «club», o lançamento de sacos em vez do peso, corrida em cadeiras de rodas em que esta é empurrada para trás, o «chuto na bola», etc. O que importa afinal é praticar desporto não interessando tanto o que não podem fazer mas sobretudo aquilo de que são capazes, de fazer. Outras modalidades são praticadas como seja o ténis de mesa, halterofilismo, ciclismo e hipismo

Muito trabalho e persistência

Não se pense que a obtenção destas medalhas foi fruto do acaso ou do aparecimento de uns quantos «foras-de-série», pelo contrário, os resultados obti-

dos só foram possíveis fruto de muito trabalho e persistência tanto dos atletas como dos técnicos que, por esse país fora vão trabalhando como podem, com muitas dificuldades aliás, tentando despertar o adormecimento quase total em que está e sempre esteve o desporto para deficientes em Portugal. No caso presente é de louvar o trabalho desenvolvido pela Secção Desportiva e Recreativa da Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral que, desde 1977, se vem debruçando sistematicamente sobre este assunto.

Tentaremos em outros artigos dar mais notícias sobre esta problemática de forma a que os nossos leitores fiquem com uma visão mais clara daquilo que existe no campo da paralisia cerebral.

VELOCIPÉDICA LOPES

de FARINHO LOPES

BICICLETAS DE COMPETIÇÃO E RECREIO

LOJA E OFICINA:

B.º do Fundo de Fomento, Lote 61, r/c

MONTE DA CAPARICA

Telef. 2951576 — ALMADA
Descontos a sócios da ADFA e assinantes do «ELO»



A INFORMAÇÃO NA BASE DA INTEGRAÇÃO SOCIAL DOS DEFICIENTES

A informação desempenha múltiplos papéis ao serviço da integração social dos deficientes. Desde o conhecimento pelos outros do que os deficientes sentem e pretendem, o conhecimento pelos deficientes sobre a forma como os outros os encaram, até à divulgação de experiências e técnicas a nível nacional e internacional, a informação é uma rede por cujas malhas devem passar todas as questões que dizem respeito à reabilitação. É a informação que permite dar corpo e sistematizar as novas teorias sobre a integração. E deveria ser a informação a combater frontalmente processos e princípios ultrapassados, responsáveis pela marginalização.

O XV Congresso Mundial da Reabilitação Internacional, realizado em Lisboa em Junho passado, sentiu assim a importância da informação. Ao inscrever este tema nas discussões como fundamental para a mudança das atitudes perante as pessoas deficientes, a Rehabilitation International deu um importante contributo para o equacionamento mais adequado da problemática da integração social. Pena é, diga-se desde já, que, na sequência do congresso, nada tenha mudado no mundo da informação no nosso País.

Juntando especialistas de todo o mundo, com ideias e opiniões sobre a reabilitação nem sempre coincidentes, a Rehabilitation International, com a realização do congresso em si, deu logo um passo importante no domínio da informação. Esta troca de experiências e ideias a um nível internacional foram já o bastante para que o congresso tivesse sido positivo. E foi, realmente, este o grande mérito que

sempre foi realçado (talvez à falta de outros).

Mas, para além do congresso, a opinião pública internacional tem sido nestes últimos tempos bastante dinamizada com importantes acontecimentos. O maior terá sido a comemoração do Ano Internacional do Deficiente, em 1981, ponto de partida para outras realizações, nomeadamente a «Carta para os Anos 80», resultante de uma ampla consulta em todo o mundo, a proclamação da década dos deficientes, elaboração de um programa de acção mundial pelas Nações Unidas (ainda não divulgado em Portugal) e a preparação de um plano pela própria Rehabilitation International a aplicar nos anos dois mil.

A comunidade internacional, pode-se dizer, está a assumir o problema das pessoas deficientes. O mesmo não se poderá dizer de algumas comunidades nacionais, nomeadamente da nossa.

Graças a esta movimentação internacional, patrocinada pela mais alta e mais responsável instância, as Nações Unidas, as atitudes e comportamentos tradicionais perante os deficientes estão a sofrer forte abalo. Esta movimentação deveria reflectir-se em Portugal, impulsionada muito especialmente pelos órgãos de informação. Mas isso, como temos aqui frequentemente referido e lamentado, não acontece. A ignorância sobre um assunto que vem interessando a comunidade internacional predomina em Portugal. E é que a ignorância, conforme foi afirmado no congresso, é o grande passo que separa as pessoas deficientes dos não deficientes. Combater essa ignorância é provocar desde logo a mudança de atitudes, já que, depois de evidencia-

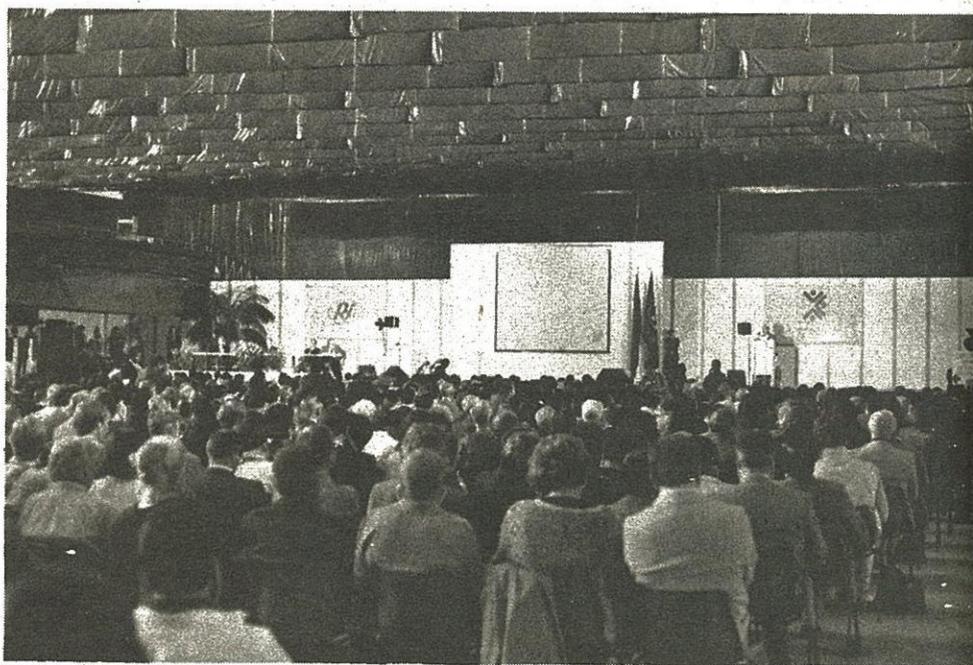
do a realidade que são os deficientes, as suas possibilidades, as suas aspirações, o seu sentir como seres humanos, de modo não diferente dos outros, as pessoas não poderão continuar a agir da mesma forma, não poderão continuar a lidar com um deficiente como com um ser diferente que espera e agradece o protecționismo do seu semelhante.

Na realidade complexa em que vivemos, esse esclarecimento só pode ser feito através da informação, essa mensageira que entra pela porta dentro das pessoas todos os dias capaz de fornecer novos elementos que as ponham a pensar, utilizando premissas que os preconceitos tinham varrido das suas mentes.

O aspecto exterior dos deficientes tem marcado a atitude dos outros. E deste nível de conhecimento superficial não se costuma passar. Esse aspecto exterior do deficiente, que impressiona, que provoca aversão e afastamento, gerador destas reacções imediatistas negativas, é o único que geralmente se impõe, marcando logo aí e definitivamente a segregação e rejeição.

Mas, para além deste conhecimento superficial da pessoa com uma deficiência, há um outro nível de conhecimento possível, mais profundo — a sua dimensão psíquica, onde se revela, em plenitude, o ser humano, com os seus sentimentos, volições e aspirações — a que os outros não têm acesso porque bloqueados pela reacção causada pela primeira impressão.

Nas mãos da informação está a capacidade para promover esse desbloqueamento, predispondo as pessoas para um mais aberto e



Durante o XV Congresso da Rehabilitation International

profundo relacionamento com os deficientes e, daí, a uma maior atenção ao seu ser mais profundo, à sua totalidade.

A informação não tem a ver apenas com os órgãos de comunicação social, mas também com a educação pública e com a própria expressão artística.

As escolas, verdadeiras oficinas onde se molda a personalidade dos cidadãos, poderiam e deveriam levar em consideração, na sua acção de formar, o comportamento da sociedade perante as pessoas com deficiências, desenvolvendo a ideia de que estas em nada deverão ser consideradas diferentes das outras. Mas assim não sucede, bem pelo contrário. Destinadas a agentes de uma sociedade obcecada pelo produtivismo e drogada pelo consumismo, as crianças são iniciadas nos sagrados valores dominantes organizados à volta do mito do mais forte e do mais capaz.

Na arte, o artista, balizado pelos princípios e valores culturais dominantes, ignora quase sistematicamente o deficiente, como uma dessas aberrações que a natureza criou. A arte, em obediência aos princípios aristotélicos, ao expressar (imitar) o belo da Natureza, em termos de paisagem humana, só apresentará as pessoas deficientes exactamente como o feio que, por contraste, realçará o belo. Nem em correntes modernas da literatura, por exemplo, que se furtam aos mandamentos do sábio grego, nós vemos os deficientes emergir desse contraplano. A literatura recuperou certas realidades sociais, dando-lhes a real dimensão que os interesses políticos ou ideológicos haviam cumprido e destruído, mas quanto à temática dos deficientes pouco ou nada adiantou.

Com os olhos postos nos órgãos de informação, nas escolas e nos artistas, muito teremos que esperar e desesperar para vermos operadas as transformações pretendidas. Nenhum destes três meios vitais para a

formação da personalidade e da consciência dos cidadãos tem tomado ou tomará, só por si, uma atitude activa. Essa atitude só poderá vir, conforme foi reconhecido no congresso por vários intervenientes, dos deficientes, organizados e actuantes, constituídos eles próprios em agentes da mudança. Só a acção dos deficientes desencadeará e porá em funcionamento os mecanismos necessários, incluindo os órgãos de informação, a educação escolar e a expressão artística, a fim de transformar o pensamento tradicional sobre eles próprios.

Esse pensamento tradicional, dominante ainda em muito no XV Congresso da Rehabilitation International, entende a sociedade construída exclusivamente pelos fisicamente completos ou ditos normais. Quanto aos deficientes, situa-os fora desta. Assim, a integração, ontem negada, será hoje concebida como um movimento de passagem destes para aquela, uma passagem mais ou menos acelerada por boas intenções — o deficiente num plano inferior e os outros num plano superior dando-lhes a mão (o mesmo esquema do tratamento caritativo). Este é um erro de base que os próprios deficientes estão empenhados em denunciar, apelando aqui para as potencialidades da comunicação. Os deficientes não podem aceitar, como seres humanos, serem localizados à partida fora da sociedade. A sociedade é o somatório de todos os cidadãos, «bons» e «maus». A partir daí é lá dentro que se situa a luta por um estatuto igual para todos. As pessoas deficientes não aceitam mais o papel de convidados (às vezes bem recebidos). Eles são de casa e como tal exigem ser reconhecidos, com os mesmos direitos dos outros ocupantes. Esta a ideia-força que a informação deveria assumir e eleger como sua.

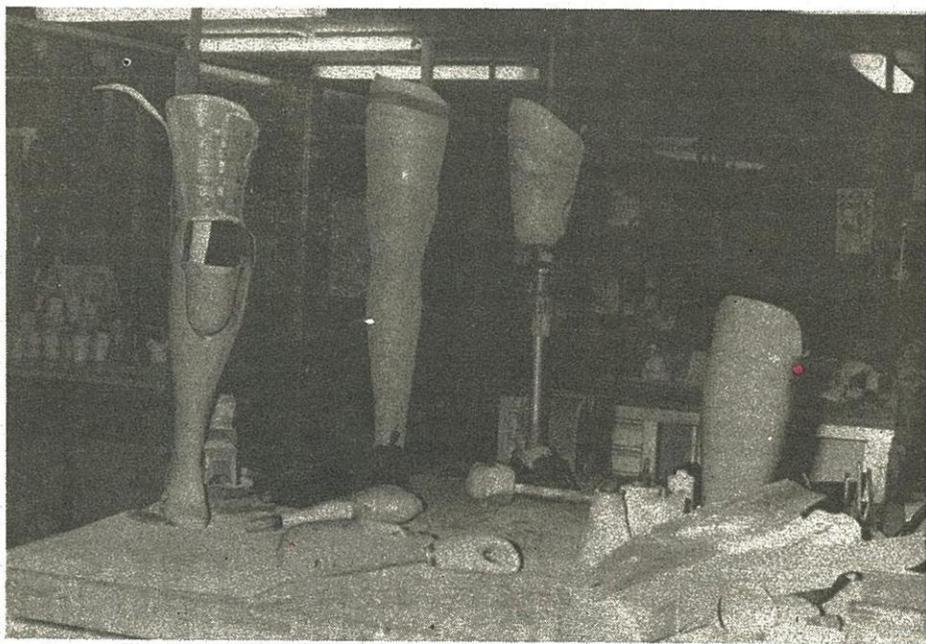
No caso concreto, os órgãos de informação não tem estado sintonizados com as aspirações dos deficientes.

Aliás, nem se estranha muito. Outra coisa não seria de esperar de uma informação que por sistema não vai ao fundo das questões, que hipervaloriza a coisa política e ignora o humano e o social, que não pauta a sua acção pelo sentir dos grupos sociais interessados.

Os pequenos e tímidos programas que a nossa televisão tem apresentado sobre deficientes têm prestado um bom serviço à consolidação das atitudes dominantes, referenciado o deficiente, exactamente como pessoa diferente, objecto da atenção comiserativa dos outros. Note-se, por exemplo, que a televisão não tem deixado passar um peditório público sobre deficientes que não noticie logo. Mas esquece-se de dar cobertura ou de transmitir realizações dos deficientes organizados.

A incapacidade de penetração de um órgão tão importante como a televisão na profundidade da realidade humana pode caricaturalmente traduzir-se na pose, rigidez e valorização do aspecto físico dos seus locutores e locutoras. É absurdo conceber um locutor de cadeira de rodas a apresentar o telejornal, um indivíduo cego a moderar uma mesa-redonda de políticos ou ainda um deficiente com próteses nos braços a apresentar um programa cultural.

A informação que temos, desatenta da realidade dos deficientes, desatenta do próprio congresso de Junho e do que lá sobre informação se discutiu, carece, pois, urgentemente, de uma reformulação no que respeita ao tratamento dos assuntos da integração social. Há que exigir-lhe, em primeiro lugar, que abra as suas portas e franqueie o seu espaço aos próprios deficientes, ouvindo-os com atenção e com eles aprendendo a forma como pretendem ver tratados os seus problemas. Uma alteração sobretudo qualitativa e não apenas quantitativa, como se privilegiou por vezes no congresso, é aquilo que pretendemos da informação que temos.



Centro Oficial de Meios Ortopédicos da ADFA

EXECUTA TODO O TIPO DE PRÓTESES E ORTÓTESES

DELEGAÇÃO DA ADFA

RUA PEDRO HISPANO, 1105 ★ 4200 PORTO

Propriedade, Administração e Redacção:
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
Palácio da Independência — L. S. Domingos — 1194 Lisboa Codex
Tel. 36 21 67/8/9

Corpo Redactorial:
Dr. Luís Vale
Armindo Roque
António Augusto Almeida Santos

Composto e Impresso:
Empresa Pública Diário Popular (EPDP)
Rua Luz Soriano, 67
LISBOA